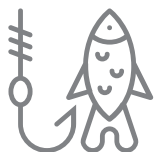




# TESAURO DO ACERVO DE ARTES DE PESCA ARTESANAL DO MUSEU DA VILA







# TESAURO DO ACERVO DE ARTES DE PESCA ARTESANAL DO MUSEU DA VILA

GABRIELA FREITAS DE PAIVA

Trabalho final apresentado ao Programa  
de Pós-graduação em Artes, Patrimônio e  
Museologia como requisito para obtenção do  
grau de Mestre em Museologia.  
3ª Turma | 2017-2019

**Orientação:**

Profª Drª Áurea da Paz Pinheiro  
Profª Mestre Elenilce Soares Mourão

Parnaíba/PI - 2019

## FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela bibliotecária Gabriela Freitas de Paiva CRB 3/ 1501

P142t Paiva, Gabriela Freitas de

Tesouro do acervo de Arte de Pesca Artesanal do Museu da Vila /  
Gabriela Freitas de Paiva. – 2019.

142 f.: il.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Artes,  
Patrimônio e Museologia, Universidade Federal do Piauí, 2019.

Orientadoras: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Áurea da Paz Pinheiro, Prof.<sup>a</sup> Mestre Elenilce  
Soares Mourão.

1. Museologia 2. Documentação museológica 3. Tesouro 4. Tainacan  
I. Pinheiro, Áurea da Paz II. Mestrado Profissional em Artes Patrimônio e  
Museologia III. Título CDD 069.1



© Copyright 2019

**Gabriela Freitas de Paiva**

Tesouro do acervo de Arte de Pesca Artesanal do Museu da Vila

### **Créditos**

Este trabalho final de mestrado é parte dos resultados da pesquisa-ação sob o título “Tesouro do acervo de Arte de Pesca Artesanal do Museu da Vila” desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Artes, Patrimônio e Museologia, mestrado profissional da Universidade Federal do Piauí.

### **Universidade Federal do Piauí**

#### **Reitor**

Prof. Dr. José Arimatéia Dantas Lopes

#### **Vice-reitora**

Prof. Dr<sup>a</sup>. Nadir do Nascimento Nogueira

#### **Pró-reitor de Ensino de Pós-graduação**

Prof. Dr. Helder Nunes da Cunha

#### **Diretor do Campus Ministro Reis Veloso**

Prof. Dr. Alexandre Marinho Oliveira

#### **Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Artes, Patrimônio e Museologia**

Prof. Dr<sup>a</sup>. Áurea Paz Pinheiro

#### **Orientadora**

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Áurea da Paz Pinheiro | UFPI

#### **Coorientadora**

Prof<sup>a</sup> Mestre Elenilce Soares Mourão

#### **Banca Examinadora**

Prof. Dr. Dalton Martins

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Luciana Conrado Martins

#### **Capa, projeto gráfico e editoração eletrônica**

Bruno Freitas de Paiva

#### **Revisão**

Áurea da Paz Pinheiro

#### **Desenho capa | Fotos de chamada**

Bruno Freitas de Paiva (desenho capa), Gabriela Freitas de Paiva e alunos da 3<sup>a</sup> turma do PPGAPM (fotos de chamada)

VOX MUSEI arte e patrimônio



GABRIELA FREITAS DE PAIVA

# TESAURO DO ACERVO DE ARTES DE PESCA ARTESANAL DO MUSEU DA VILA

Trabalho final de Mestrado, apresentado como requisito parcial para obtenção de grau de Mestre em Artes, Patrimônio e Museologia, Mestrado Profissional, pela Universidade Federal do Piauí.

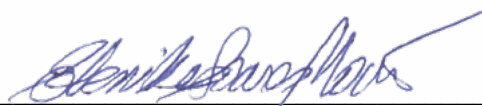
Trabalho apresentado e aprovado em: 15/07/2019.

## Banca Examinadora



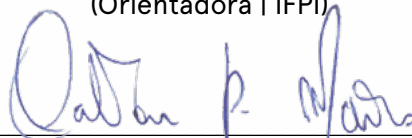
---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Áurea da Paz Pinheiro  
(Orientadora PPGAPM | UFPI)



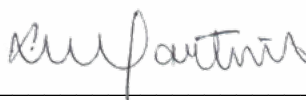
---

Prof.<sup>a</sup> Me. Elenilce Soares Mourão  
(Orientadora | IFPI)



---

Prof. Dr. Dalton Martins  
(Examinador externo)



---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Luciana Conrado Martins  
(Examinadora externa)



GABRIELA FREITAS DE PAIVA

## DECLARAÇÃO DE AUTORIA

Eu, GABRIELA FREITAS DE PAIVA, declaro que o trabalho sob o título TESAURO DO ACERVO DE ARTES DE PESCA ARTESANAL DO MUSEU DA VILA é o resultado da minha investigação associado ao Mestrado Profissional em Artes, Patrimônio e Museologia da Universidade Federal do Piauí (UFPI). O conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas nas referências ou outras listagens de fontes documentais, tais como todas as citações diretas ou indiretas têm a devida indicação ao longo do trabalho segundo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Parnaíba (PI), 15 de Julho de 2019.



Gabriela Freitas de Paiva

Gabriela Freitas de Paiva







## AGRADECIMENTOS

Este trabalho não teria sido possível sem a colaboração de muitas pessoas e instituições. Gostaria, portanto, de agradecer:

Primeiramente a Deus, que sempre guia meus passos e ilumina meus caminhos.

Meu amado pai, Tarcízio Mendes de Paiva, que não pôde presenciar esse momento ainda em vida, mas tenho certeza que está presente em meu coração e comemorando no céu essa conquista. Ele sonhou comigo esse sonho e foi o responsável por eu ser quem sou hoje, juntamente com minha amada mãe, Maria Ferreira Freitas de Paiva, que com tanto amor e dedicação sempre me apoiaram e me deram forças para alcançar meus objetivos. Minha eterna gratidão a vocês, que são minhas maiores inspirações. Sou grata também aos meus irmãos, Karine e Bruno, que tanto amo e que mesmo morando longe sempre estiveram presentes em minha vida.

Meu amado esposo, amigo e companheiro, Antonio Liuésjhon dos Santos Melo, um dos maiores responsáveis por minha conclusão no mestrado. Sempre estive ao meu lado, e nos momentos mais difíceis nunca soltou minha mão. Obrigada por toda ajuda, apoio e incentivo durante toda essa caminhada. Essa conquista também é sua.

À Universidade Federal do Piauí-UFPI, nomeadamente ao Diretor do Campus Ministro Reis Veloso, Prof. Dr. Alexandro Marinho, e aos meus colegas da Terceira turma do Mestrado Profissional em Artes, Patrimônio e Museologia que também sempre me ajudaram e deram apoio.

A toda comunidade da vila-bairro Coqueiro da Praia de Luís Correia-PI, em especial aos pescadores, por compartilharem seus conhecimentos comigo e dessa forma colaborarem com esse trabalho. Sem eles essa pesquisa não teria sentido.

À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Áurea da Paz Pinheiro, Coordenadora do Mestrado Profissional, e Pr.<sup>a</sup> Me. Elenilce Soares Mourão, por toda orientação, incentivo e apoio durante esse processo de pesquisa, ao Prof. Dr. Dalton Martins e Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Luciana Conrado Martins pelas sugestões acrescidas ao trabalho na banca de qualificação, que colaboraram de forma significativa para o aprimoramento da pesquisa; e a toda equipe de treinamento do Tainacan que me receberam tão bem no MediaLab.

Ao Serviço Social do Comércio Regional do Piauí, em especial à equipe e amigos de trabalho do Sesc Caixeiral por todo apoio e ajuda durante esse período.

*"Só se preserva aquilo que se ama, só se ama aquilo que se conhece."*

*(Aloísio Magalhães)*





museu da vila





## RESUMO

O presente trabalho é sequência de estudos e intervenções de pesquisa e documentação museológica para constituição do Ecomuseu Delta do Parnaíba, Projeto Matriz do Programa de Pós-Graduação em Artes, Patrimônio e Museologia, da Universidade Federal do Piauí-UFPI, o qual se vinculam todos os projetos do Mestrado. O Ecomuseu Delta do Parnaíba se firma no conceito de rede de museus poli nucleares, de territórios e de base comunitária. Sua missão é ser um ecomuseu com as funções de preservação, pesquisa, documentação, comunicação do patrimônio cultural e natural, com acervos operacionais e institucionais da Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba. O objetivo deste trabalho foi criar um Tesouro das artes de pesca artesanal de um dos acervos operacionais do Museu da Vila, o primeiro núcleo da rede de museus do Ecomuseu Delta do Parnaíba. O Museu da Vila está localizado a 100m da orla da vila-bairro Coqueiro da Praia, onde resistem pescadores artesanais a manterem um ofício e modos de saber-fazer ancestrais. O bairro pertence ao município de Luís Correia, um dos dez que integram a Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba. Em 2017, sob a orientação das professoras Áurea Pinheiro e Cássia Moura, 15 alunos da 3ª Turma do Programa realizaram nessa localidade um exercício de inventário participativo dos modos de saber-fazer das artes de pesca. Como técnicas e métodos foram utilizadas fichas adaptadas do INRC- Inventário Nacional de Referências Culturais elaboradas por Arantes (2000) para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; a história oral e a etnografia. Como resultado do contato direto com a comunidade de pescadores, elaboramos um conjunto de informações, que neste trabalho foram revisadas, complementadas e sistematizadas, dando-lhes coerência conceitual por meio da elaboração de um vocabulário controlado, o Tesouro das Artes de Pesca Artesanal, e organizadas em uma base de dados, utilizando o software livre Tainacan, - criado em de uma parceria entre a Universidade Federal de Goiás, Ministério da Cultura e o Instituto Brasileiro de Museus. Os colaboradores dessa desta pesquisa foram quinze pescadores artesanais, em atividade, proprietários de canoas e, residentes na vila-bairro. A partir da organização do acervo operacional referente ao patrimônio vivo das artes de pesca artesanal, a equipe do Museu da Vila promoverá o acesso às informações para conhecimento, reconhecimento e salvaguarda desse patrimônio ancestral, atendendo também às demandas de pesquisa, exposições e ações educativas do Museu.

**Palavras-Chave:** Museologia; Documentação Museológica; Tesouro; Tainacan.

# ABSTRACT

The present work is a sequence of studies and interventions of museological research and documentation for the constitution of the Parnaíba Delta Ecomuseum, Matrix Project of the Post-Graduate Program in Arts, Heritage and Museology, Federal University of Piauí-UFPI, which are all linked the Master's projects. The Parnaíba Delta Ecomuseum is based on the concept of a network of poly-nuclear museums, territories and community-based museums. Its mission is to be an ecomuseum with the functions of preservation, research, documentation, communication of cultural and natural heritage, with operational and institutional collections of the Parnaíba Delta Environmental Protection Area. The objective of this work was to create a thesaurus of artisanal fishing gear from one of the operational collections of the Vila da Musica, the first nucleus of the museum network of the Delta do Parnaíba Ecomuseum. The Vila's Museum is located 100m from the edge of the village-Coqueiro da Praia neighborhood, where artisan fishermen are able to maintain an ancestral craft and know-how. The district belongs to the municipality of Luís Correia, one of the ten that are part of the Delta Environmental Protection Area of Parnaíba. In 2017, under the guidance of Professors Áurea Pinheiro and Cássia Moura, 15 students of the 3rd Class of the Program carried out in this locality an exercise of participatory inventory of the ways of know-how of fishing gear. The techniques and methods used were adapted from the National Inventory of Cultural References (INRC), prepared by Arantes (2000) for the National Historical and Artistic Heritage Institute; oral history and ethnography. As a result of the direct contact with the fishing community, we elaborated a set of information, which in this work were reviewed, complemented and systematized, giving them conceptual coherence through the elaboration of a controlled vocabulary, the Artisanal Fishing Arts Thesaurus, and organized in a database, using the free software Tainacan, - created in a partnership between the Federal University of Goiás, Ministry of Culture and the Brazilian Institute of Museums. The collaborators of this research were fifteen artisanal fishermen, active, canoe owners and residents of the village-neighborhood. Based on the organization of the operational assets related to the living heritage of artisanal fishing gear, the Vila da Vila team will promote access to information for the knowledge, recognition and safeguarding of this ancestral heritage, as well as the research demands, exhibitions and educational actions of the Museum.

Palavras-Chave: Museology; Museological Documentation; Thesaurus; Tainacan

# LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> - Mapas localizando Piauí e o Município de Luís Correia	72
<b>Figura 2</b> - Museu da Vila, localizado no Bairro Coqueiro da Praia-PI	73
<b>Figura 3</b> - Processo de registro das fichas das embarcações no bairro Coqueiro	75
<b>Figura 4</b> - Recolha de informações com participação dos pescadores, comunidade e alunas do PPGAPM	76
<b>Figura 5</b> - Mapa Mental do Tesouro criado no programa XMind	83
<b>Figura 6</b> - Equipe de Treinamento do Tainacan/ MediaLab e mestranda Gabriela Freitas do PPGAPM	92
<b>Figura 7</b> - Página inicial da coleção do acervo operacional do Museu da Vila	93
<b>Figura 8</b> - Coleção Artes de Pesca Artesanal do Bairro Coqueiro da Praia	93
<b>Figura 9</b> - Página de Configurações dos Metadados e filtros	96
<b>Figura 10</b> - Ficha de registro da Canoa no Tainacan	97

# LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Modelo de ficha de objetos do acervo operacional do Museu da Vila	77
<b>Tabela 2</b> - Categorias do Tesouro das Artes de Pesca Artesanal do Coqueiro da Praia	82
<b>Tabela 3</b> - Exemplos de objetos /função e categorias no Tesouro	86

# LISTA DE SIGLAS

**APA** – Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba

**AMBC** – Associação de Moradores do Bairro Coqueiro

**SEM** – Ecomuseu Municipal do Seixal

**FAO** – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

**IPHAN** – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

**ITD** – Instituto Tartarugas do Delta

**IBRAM** – Instituto Brasileiro de Museus

**ICOM** – International Council of Museums

**INRC** – Inventário Nacional de Referências Culturais

**MUDE** – Ecomuseu Delta do Parnaíba

**MUV** – Museu da Vila

**MEDIALAB** – Laboratório de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em  
Mídias Interativas

**PPGAPM** – Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Artes, Patrimônio e Museologia

**PCI** – Patrimônio Cultural Imaterial

**UFPI** – Universidade Federal do Piauí

**UFG** – Universidade Federal de Goiás

**UNESCO** – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

**SESC** – Serviço Social do Comércio



# SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	21
2. PÚBLICOS	24
3. PROBLEMA	25
4. OBJETIVOS	26
4.1 Geral	26
4.2 Específicos	26
5. EQUIPE	27
6. JUSTIFICATIVA	28
7. REVISÃO DE LITERATURA	29
7.1 Patrimônio Cultural no Brasil	30
7.2 Artes de pesca artesanal como um patrimônio cultural marítimo	34
7.3 Papel dos museus para salvaguarda do PCI	38
7.3.1 Ecomuseu: um possível modelo de museu para gestão do PCI	41
7.4 Pesquisa, documentação e comunicação em museus: estratégias de salvaguarda do PCI	44
7.4.1 Inventários Participativos	47
7.4.2 Sistema de Gestão Museológica	51
7.4.2.1 Sistema Tainacan: uma solução de software livre para sistemas de gestão museológica	54



7.4.3 Linguagem documentária	57
7.4.3.1 Tesouro/ <i>Thesaurus</i>	61
<b>8. METODOLOGIA</b>	<b>66</b>
8.1 Tipo de pesquisa	66
8.1.1 Procedimentos Iniciais da Pesquisa: entendendo o Inventário do Ofício e Modos de Fazer das Artes de Pesca Artesanal do bairro Coqueiro da Praia-PI	69
8.2 Local de estudo	71
8.3 Coleta de dados	73
8.3.1 Instrumentos de coleta de dados	76
<b>9. RESULTADOS</b>	<b>79</b>
9.1 Tesouro do acervo de Arte de Pesca Artesanal do Museu da Vila	79
9.1.1 Sistema de Classificação do acervo Operacional do MUV a partir do Tesouro	84
9.1.1.1 Número Registro	89
9.2 Organização das fichas no software Tainacan	91
<b>10. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>98</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>100</b>



GRAFINA





# 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é sequência de estudos e intervenções<sup>1</sup> de documentação museológica do Programa de Pós-Graduação em Artes, Patrimônio e Museologia-PPGAPM, Mestrado Profissional da Universidade Federal do Piauí (UFPI), inserido no âmbito do Projeto Matriz Ecomuseu Delta do Parnaíba (MUDE), que se firma no conceito de rede de museus poli nucleares, de territórios e de base comunitária.

Segundo Pinheiro e Carvalho (2018) o Projeto Matriz está em andamento desde 2015, no território da Área de Proteção Ambiental (APA) Delta do Parnaíba, com o objetivo de realizar estudos e intervenções, de forma colaborativa e participativa, com as comunidades ribeirinhas, praias e deltaicas e com agentes públicos, privados e sociais para construir uma Rede de museus de território, de natureza polinuclear.

Teve início em 2008 a partir da recolha, inventário técnico-sensível e exaustivo, realizado durante dez anos pelas Professoras Áurea Pinheiro e Cássia Moura, por meio de pesquisas e registros, materializados em documentação em suportes diversos, com uso de metodologias participativas, história oral, etnografia, registros audiovisuais, fotografia e filme etnográfico, para inventariar o patrimônio cultural das artes de pesca e construção de embarcações, estudos e intervenções que deram origem ao PPGAPM, cuja natureza é profissional, interdisciplinar, multiprofissional e interinstitucional.

Sobre os estudos e intervenções já realizados no campo da pesquisa e documentação museológica, o PPGAPM já iniciou uma Proposta de Sistema de Documentação Museológica para um dos futuros Núcleos do Ecomuseu Delta do Parnaíba, realizado pela mestrandia Bárbara Rocha (2017) sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Manuelina Duarte Cândido, que foi utilizado como referência neste trabalho.

Dentre as Instituições parceiras do Programa de Pós-Graduação, que concebeu e coordena o Projeto Matriz, destacamos a Associação de Moradores do Bairro Coqueiro da Praia (AMBC), o Instituto Tartarugas do Delta (ITD), a Universidade Federal do Piauí (UFPI) e o Serviço Social do Comércio (SESC), que atuam há mais dez anos no território da APA Delta do Parnaíba, a prestarem serviços às comunidades locais no que refere à educação, ação social e cultural, primando pela sensibilização

---

1 Esses estudos e intervenções já realizados podem ser conferidos no site do Programa de Pós-Graduação em Artes, Patrimônio e Museologia: [www.museologiapiui.com](http://www.museologiapiui.com). Acesso em: 12 abr. 2019.

para conhecimento, reconhecimento, preservação, conservação, salvaguarda e promoção do patrimônio cultural da Unidade de Conservação - UC, de forma sustentável.

Os primeiros museus a constituírem o Ecomuseu Delta do Parnaíba (MU-DE) são: o Museu da Vila-MUV, localizado no Bairro Coqueiro da Praia, em Luís Correia-PI, sob gestão do PPGAPM da UFPI e a Associação de Moradores do Bairro Coqueiro da Praia (AMBC); e o Museu Tartarugas do Delta, sob gestão do Instituto Tartarugas do Delta e Sesc.

O presente trabalho foi desenvolvido no Museu da Vila (MUV), primeiro núcleo museológico do MUDE, com recorte no acervo operacional das artes e embarcações de pesca da vila-bairro Coqueiro da Praia, em Luís Correia, um dos dez municípios que integram a APA Delta do Parnaíba. Nesse sentido, usamos um sistema de documentação museológica existente para registro e gestão do acervo da Rede de Museus do MUDE.

Para este projeto, optamos pela pesquisa e documentação das artes de pesca e embarcações artesanais da vila-bairro Coqueiro da Praia, que compõe o acervo do Museu da Vila- MUV. Ao entendermos que a cadeia operatória da museologia é formada pela preservação, pesquisa, documentação, comunicação nos propomos a investigar, registrar e disponibilizar informações do rico e complexo patrimônio cultural da Unidade de Conservação, impresso no conceito do Ecomuseu Delta do Parnaíba do PPGAPM.

Em 2017, 15 alunos da 3ª Turma do PPGAPM, realizaram um exercício de inventário participativo dos modos de saber-fazer das artes e embarcações de pesca artesanal na vila-bairro Coqueiro da Praia. Para o exercício foram utilizadas fichas adaptadas do Manual de Aplicação, Técnica de Inventário idealizada pelo antropólogo António Arantes em 2000, por solicitação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), para sistematizar as pesquisas e registros do patrimônio cultural imaterial do Brasil.

O trabalho de inventário das artes e embarcações de pesca artesanal (canoas) foi realizado com quinze pescadores, proprietários de canoas, ainda em atividade, residentes na vila-bairro, um território onde homens vivem da pesca artesanal. Segundo a Professora Áurea Pinheiro (2017)<sup>2</sup>:

---

2 PINHEIRO, Áurea da Paz. Orientações para realização do Inventário do Ofício e modos de fazer das Artes de Pesca Artesanal do Bairro Coqueiro. Documento de comunicação interna do Programa de Pós-Graduação em Artes, Patrimônio e Museologia-PPGAPM, Luís Correia-PI, 2017. (Notas de aula)



Trata-se de um Inventário sobre o ofício e modos de fazer das artes de pesca na Comunidade Coqueiro da Praia (vila de pescadores localizada no Município de Luís Correia, Piauí, Meio Norte do Brasil – Área de Proteção Ambiental APA Delta do Parnaíba).

A equipe que realiza o Inventário é formada por 15 alunos da 3ª Turma (2017-2019) do Programa de Pós-Graduação, Mestrado Profissional em Artes, Patrimônio e Museologia.

Cada mestrando está responsável por inventariar um pescador, sua embarcação (Canoa) e os artefatos de pesca que a constituem.

Como metodologia de trabalho será usada a pesquisa social qualitativa, nomeadamente os métodos e técnicas: etnografia e história oral (métodos) e as orientações do Manual de Aplicação (técnicas) do INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais, concebido pelo antropólogo Antônio Arantes (Unicamp ISP) para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan. (PINHEIRO, 2017, p.1)

A partir desse exercício, estabelecemos um contato direto com a comunidade e com os pescadores, para elaborarmos um conjunto de informações e documentação por meio da construção de uma base de dados do acervo etnográfico do Museu da Vila.

O estudo bibliográfico e o trabalho de campo nos permitiu chegar a pergunta de partida: Como organizar as informações do acervo institucional e operacional das artes de pesca artesanal do Museu da Vila?

A partir dessa questão-problema, voltamos a campo, para conferir e fazer novos registros a partir das informações recolhidas pelos mestrandos, a fim dar-lhes coerência conceitual, definindo categorias e um vocabulário controlado por meio da elaboração de um Tesouro das Artes de Pesca Artesanal (artefatos e canoas), e sua organização em uma base de dados - *software* Tainacan - uma plataforma desenvolvida em código-aberto para *WordPress*, ferramenta que será utilizada para gestão e compartilhamento de informações dos acervos museológicos do MUDE, inicialmente formado pelo acervo do Museu da Vila.

Trabalhamos diretamente com aqueles quinze pescadores identificados no Inventário Participativo de 2017, “homens-memória” (LE GOFF, 1990, p.371), detentores dos modos de saber-fazer das artes de pesca e proprietários de suas canoas, conhecimento apreendido de geração em geração. Essas pessoas são nossos colaboradores neste estudo e intervenção, que nos auxiliam na captura dos dados, para que consigamos organizar as informações, as gerir e comunicar por meio do *software* Tainacan, um trabalho de parceria com a equipe do Laboratório de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Mídias Interativas (MediaLab), da Universidade Federal de Goiás (UFG), que desenvolve esse sistema de informação.

Além das metodologias de gestão da informação, utilizamos a pesquisa social aplicada, especificamente, a pesquisa-ação, associada ao campo da museologia e inovação social, métodos e técnicas da documentação museológica, bem como da etnografia.

Dentre os instrumentos utilizados para a coleta de dados, adaptamos as fichas do Manual de Aplicação do INRC referentes aos modos de saber-fazer, para aproximar as características do acervo etnográfico e operacional do Museu da Vila, e realizamos diálogos afetivos e sistemáticos com os pescadores, de forma individual e coletiva, inserindo notas no caderno de campo.

Para construção do tesouro realizamos a análise dos relatórios dos 15 alunos da 3ª turma do PPGAPM resultantes do exercício de Inventário do Ofício e Modos de Saber-Fazer da Arte de Pesca Artesanal do Coqueiro da Praia e também uma pesquisa bibliográfica específica sobre as artes de pesca e embarcações artesanais.

## 2. PÚBLICOS

O público dessa pesquisa também são os parceiros e colaboradores, composto por quinze mestrandos e quinze pescadores artesanais em plena atividade, proprietários de suas canoas e apetrechos de pescas, residentes na vila-bairro Coqueiro da Praia.

Homens que têm a pesca artesanal como a principal fonte de renda e sobrevivência, exercida em regime familiar. O nosso trabalho se materializou na pesquisa e documentação museológica das artes e embarcações de pesca com o auxílio desses senhores, a fim de comunicar e salvaguardar um ofício e modos de saber-fazer em risco no território. No trabalho de campo, tivemos o contato direto com os pescadores no abrigo de pesca na orla da praia ou em suas residências.

Entendemos que a participação direta da comunidade de pescadores foi o melhor caminho para obtermos resultados positivos e promovermos a salvaguarda desse patrimônio cultural. Os dados coletados compuseram o acervo institucional e operacional do Museu da Vila, criado com e para a comunidade na vila-bairro em 2018, um espaço-referência que promove um conjunto de atividades de natureza socioculturais e formativas. (PINHEIRO, 2018)

Com a documentação do patrimônio cultural vivo das artes e embarcações de pesca artesanal, as comunidades serão beneficiadas, vez que terão acesso às informações, ações de sensibilização para conhecimento, reconhecimento, salvaguarda e promoção desse patrimônio ancestral. Atenderemos também às demandas de gestão da informação, pesquisa, curadoria de exposições, ação educativa e difusão cultural com foco nos públicos/usuários, inseridos no grupo de pesquisadores-alunos do PPGAPM, futuros gestores do patrimônio cultural, agentes e investigadores do patrimônio cultural.

### 3. PROBLEMA

Algumas práticas culturais, nomeadamente aquelas associadas aos modos de saber fazer, neste trabalho, as artes e tecnologias de embarcações de pesca artesanal, são muitas vezes abandonadas por não se ajustarem às condições do mercado e/ou por problemas ambientais, sendo legítimo que os “detentores” desses ofícios as deixem de praticar, procurando outra forma de sobrevivência, tornando esse patrimônio fragilizado, em risco de desaparecer. (CARVALHO, 2011, p.100)

A escassez de material documentado sobre a arte de pesca dificulta também estudos e intervenções nessa área. Filipe e Curtinhal (2011, p.2) afirmam que lidar com o patrimônio de temática marítima nos museus revela-nos dificuldades e problemas de várias ordens, tanto internamente como externamente, pois há o desconhecimento das terminologias neste campo e a sua evidente omissão em documentos e instrumentos de gestão patrimonial.

De modo que a realização de um inventário do patrimônio cultural, como o exercício que foi realizado pelo PPGAPM no ano de 2017 sobre o Ofício e Modos de Fazer das Arte de Pesca Artesanal do bairro Coqueiro da Praia-PI, que compõe o acervo do Museu da Vila, representa um passo inicial e significativo para sua salvaguarda. Porém, é de suma importância que não seja o único nível da documentação, é necessário criar ferramentas de acesso a essas informações, de modo que esses documentos sejam estudados, organizados e sistematizados. Diante dessa realidade, surge a seguinte questão-problema: **Como organizar o acervo etnográfico e operacional do Museu da Vila, referente às Artes de Pesca Artesanal do Bairro Coqueiro da Praia-PI?**

## 4. OBJETIVOS

### 4.1 Geral

Criar uma ferramenta de organização do acervo etnográfico e operacional do Museu da Vila, referente às artes de pesca e tecnologias de embarcações artesanais, localizado no bairro Coqueiro da Praia, Luiz Correia, Piauí, por meio de uma linguagem documentária para controle temático do acervo.

### 4.2 Específicos

- Dar coerência conceitual às informações recolhidas no Inventário Participativo das Artes de Pesca Artesanal realizadas em 2017, através da **definição de categorias** e criação de um **vocabulário controlado**: o *Tesouro*<sup>3</sup> do acervo de Artes de Pesca Artesanal do Museu da Vila.
- Organizar as informações recolhidas em uma **base de dados** utilizando o *software* Tainacan;
- Atender demandas de pesquisas, curadorias de exposições e ações educativas no Museu da Villa-MUV e salvaguardar o patrimônio cultural das artes e embarcações de pesca artesanal documentado.



<sup>3</sup> Trata-se de um conjunto de conceitos, designados termos ou descritores, ordenados de modo claro e livre de ambiguidades, a partir do estabelecimento de relações entre eles, e que pode ser definido segundo sua função ou estrutura. É um instrumento de controle terminológico adotado por sistemas de informação para garantir maior precisão na indexação/recuperação de informações. Quanto à sua estrutura, é uma linguagem documentária cujos termos representam um único conceito ou ideia, e se relacionam semântica e logicamente. (FERREZ, 2016, p.7)



## 5. EQUIPE

Para a realização deste projeto, para além da Orientação e Co-orientação de toda a pesquisa, se fez necessária a parceria com uma equipe interdisciplinar composta por especialistas em tecnologia da comunicação e informação, com conhecimento em repositórios digitais, para apoio no tratamento das informações coletadas.

A coordenação do PPGAPM mantém parceria, desde 2017, com a Universidade Federal de Goiás (UFG), por meio do Laboratório Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Mídias – MediaLab. Os diálogos foram realizados com o coordenador do MediaLab, Prof. Dr. Dalton Lopes Martins, que, por solicitação da coordenação do PPGAMP, nos permitiu acesso e formação com a equipe do Tainacan, ao longo de uma semana, no período de 23 a 27 de abril de 2018; nos capacitamos, e hoje, podemos compartilhar com os demais colegas do Mestrado, aquela formação.

Ao longo da capacitação recebemos informações detalhadas sobre o uso e funcionamento do Tainacan – *software* livre, fruto de uma parceria entre a UFG, o MinC e o IBRAM, para gestão de acervos culturais digitalizados. Dessa formação colaboraram: Rondelly Cavulla (Mestre em Museologia e Patrimônio pelo PPG-PMUS – UNIRIO), Johan Pedro (Jornalista) e Erick Ungarelli (Psicólogo); nos ofereceram condições de trabalho, suporte técnico necessário à operação do sistema Tainacan. O e-mail de comunicação com essa equipe foi: [suportetainacan@gmail.com](mailto:suportetainacan@gmail.com).

Dessa forma, a equipe deste trabalho foi composta por duas bibliotecárias, uma bióloga especialista em engenharia de pesca (ITD), uma museóloga especialista em Conservação e Restauro (IFPI) e profissionais

do suporte técnico do Tainacan. Os quinze pescadores artesanais da vila-bairro em atividade, que nos permitiram dia a dia aprofundar os conhecimentos sobre as artes e embarcações de pesca.

## 6. JUSTIFICATIVA

O Patrimônio Cultural traz em si mesmo uma série de elementos que o identificam e dão sentido e valor para as comunidades, para as sociedades. Proteger esse patrimônio e oferecer ferramentas para sua gestão, conservação e valorização constitui uma tarefa chave para garantir o seu acesso e a sua permanência ao longo do tempo. (IBRAM, 2013)

O patrimônio cultural imaterial, por ser fonte de diversidade cultural, tem em sua constituição profunda interdependência dos processos de interação com o meio ambiente e, por sua dinâmica de constante transformação, traz desafios para os museus no que tange a sua musealização. (ROCHA, 2014).

A musealização é utilizada como estratégia de preservação do patrimônio cultural, com o intuito de promover ações de pesquisa e documentação voltadas à produção, registro e disseminação de informações relacionadas ao patrimônio cultural inventariado. “Pensar a proteção ao patrimônio não apenas sobre o passado, pensá-lo como uma estratégia para o futuro”. (NOGUEIRA, 2014, p.35)

Foi nesse sentido que realizamos o presente trabalho. Tendo em vista que na comunidade do Coqueiro, vila de pescadores, a prática dos modos de saber-fazer, do ofício da pesca artesanal tem sofrido diversas transformações ao longo dos últimos quarenta anos. Carvalho (2011), em estudo sobre o patrimônio imaterial, aponta a diminuição de pescadores na área desses modos de saber-fazer. Muitos desses pescadores têm abandonado o ofício em busca de melhores condições de vida, o que torna as artes e embarcações de pesca um patrimônio cultural em risco.

Precisamos realizar a pesquisa, documentação, comunicação de forma a trazer novos instrumentos e propostas para apresentar a especificidade desse patrimônio cultural e o salvaguardar. Acreditamos que os museus assumem posições importantes nesses processos e devem criar condições para que as comunidades possam apresentar propostas de salvaguarda, no sentido de garantir a preservação do seu patrimônio vivo. (CARVALHO, 2011)

A realização do inventário participativo dos modos de saber-fazer das artes e embarcações de pesca artesanal, realizado pela 3ª Turma do PPGAPM da UFPI em 2017 já representou um passo inicial para a salva-



guarda desse patrimônio cultural. De modo que o inventário assegura o reconhecimento desse patrimônio e sua sensibilização. Porém é de suma importância que não seja o único nível da documentação.

É necessário criar instrumentos e propostas de documentação para atender as demandas de pesquisas, curadoria de exposições, ação educativa e difusão cultural desse patrimônio inventariado. A realização de um trabalho dessa natureza requer também o desenvolvimento de base de dados, que possa organizar as informações recolhidas, atualizá-las e divulgá-las. Implica considerar a necessidade de sistematizar a informação e dar-lhe coerência conceitual, através da definição de categorias e de um vocabulário controlado. (CARVALHO, 2011, p. 134)

Uma base de dados possibilita-nos organizar as informações de forma sistemática para permitir não só a salvaguarda do patrimônio cultural, mas também proporcionar a divulgação e consulta do acervo, a continuidade de outras pesquisas nesse campo.

Vale ressaltar a importância desse trabalho no sentido de que há uma escassez de documentos e instrumentos que descrevam e organizem o patrimônio marítimo no Brasil, como afirmam Primo e Araújo (2018, p.1) que “as histórias, memórias e saberes da pesca artesanal não estão sistematizados de forma autoral em livros, arquivos, bibliotecas ou museus. São conhecimentos transmitidos fundamentalmente de forma oral, especialmente pelos mais velhos”.

Essa situação se vale não apenas no contexto brasileiro, como afirmam Filipe e Cutinhal (2018, p.3), que ao tentarem revelar aspectos terminológicos de conceito-chave, de incidência patrimonial e museal, ligadas ao patrimônio marítimo, encontraram dificuldades, pois é necessária uma bibliografia especializada, na qual a língua portuguesa ainda está pouco representada.

## 7. REVISÃO DE LITERATURA

Tendo em vista que o objeto de estudo deste projeto é criar instrumentos e propostas de documentação para atender as demandas de pesquisa e organização do acervo operacional<sup>4</sup> do Museu da Vila, com recorte no patrimônio marítimo das artes de pesca e embarcações da vila-bairro

---

4 O acervo operacional do museu extrapola os muros do museu. Compõe-se de todo tecido urbano apropriado socialmente, no qual se inserem a paisagem, estruturas, monumentos e equipamentos em que se percebe não só a sua carga documental, mas também a sua capacidade de alimentar as representações do homem em sociedade. (SANTOS, 2008)

Coqueiro da Praia, apresentamos uma revisão bibliográfica com abordagem teórica embasada na trajetória histórica do patrimônio cultural no Brasil, as definições de patrimônio marítimo e sua relação com as artes de pesca artesanal; o papel dos museus e do ecomuseu para salvaguarda do acervo museológico, e por fim, o ciclo operacional da museologia, com foco na documentação museológica do patrimônio cultural.

No que diz respeito ao conceito de Patrimônio Cultural Imaterial (PCI) e boas práticas que seguimos nesse Projeto-ação, referenciamos Ana Carvalho, com a obra "Os museus e o Patrimônio Cultural Imaterial: estratégias para o desenvolvimento de boas práticas (2011)". Sobre as boas práticas pontuamos como referências o Ecomuseu Municipal de Seixal; o Museu Nacional de Etnologia, ambos em Portugal; e o Museu de Arqueologia de Itaipu, localizado no Rio de Janeiro, o qual tem realizado um inventário participativo junto aos pescadores da região, trabalhando com a categoria de patrimônio "pessoas e memórias". Esse trabalho desenvolvido em Itaipu se assemelha ao que estamos propondo, tanto pelo trabalho direto com os pescadores, quanto pelo uso do sistema Tainacan, com a criação de um acervo digital com as entrevistas realizadas em suportes diversos (fotografia, imagem e som).

Pretendemos nesse projeto-ação documentar um acervo de cunho operacional (*in situ*), que apresenta algumas problemáticas por se tratar de um patrimônio cultural mais complexo para preservar, documentar e apresentar, será necessário utilizar métodos e técnicas diferentes das utilizadas tradicionalmente pelos museus, com acervos institucionais. A partir desse pressuposto este trabalho aborda soluções para melhorar a gestão do PCI, com enfoque na utilização de sistemas de informação, bases de dados, linguagem documentária por meio de vocabulários controlados para gestão, conservação e valorização desse patrimônio. Nos valem dos estudos de Carvalho (2011), Padilha (2014), Inês Cândido (2006), Duarte Cândido (2014), Yassuda (2009), Ferrez (2016), Comitê Internacional para Documentação (CIDOC-ICOM) e IBRAM.

## 7.1 Patrimônio Cultural no Brasil

Varine (2012) define patrimônio cultural como tudo aquilo que traz referência à identidade e à memória de um grupo da sociedade, não havendo a possibilidade de o dividir em material e imaterial. O presente trabalho tem como tema o patrimônio cultural. Nesta seção abordamos questões relacionadas ao conceito, histórico e evolução desse Patrimônio.

Segundo o Iphan (2013) patrimônio cultural é aquele transmitido de geração em geração, constantemente recriado pelas comunidades e



grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

A salvaguarda do patrimônio cultural, até chegar ao que entendemos hoje foi gestada por um longo processo junto aos órgãos e fóruns nacionais e internacionais, em particular com a liderança da UNESCO, e, atualmente se tornou uma das principais ações de política patrimonial.

Durante esse processo, um dos marcos importante foi o documento “Recomendações para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e do Folclore” de 1989 da UNESCO, resultante da Conferência Geral realizada em Paris. Foi o primeiro documento normativo de enquadramento internacional dirigido à proteção do Patrimônio Cultural Imaterial (PCI), designado então como cultura tradicional popular. Esse documento indicava aos seus Estados-membros a realização de inventários nacionais, sistemas de identificação e registro. Porém, somente na década de 1990 que se iniciou um expressivo crescente pela salvaguarda do PCI em função do risco de desaparecimento das tradições frente a um contexto político preocupado com os efeitos da globalização sobre as culturas. (ROCHA, 2014)

Diante dessas ameaças, segundo Carvalho (2011), a UNESCO implementou os programas Línguas em Perigo no Mundo (desde 1993), Tesouros Humanos Vivos (desde 1991) e Proclamação das Obras-Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade (1998). Em 1999, a UNESCO identificou a necessidade de reavaliar o documento Recomendação de Paris de 1989 e reconheceu que não havia alcançado os resultados esperados, pois a proteção do PCI estava centrada na documentação e criação de arquivos, em detrimento de maior enfoque sobre os detentores dessas práticas.

Anos depois, em 17 de outubro de 2003, a Conferência da UNESCO em Paris homologou a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, principal marco do PCI. A qual definiu o patrimônio cultural imaterial como:

As práticas, representações, expressões, conhecimentos e aptidões – bem como os instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, os grupos e, sendo o caso, os indivíduos reconhecem como fazendo parte integrante do seu patrimônio cultural. Esse patrimônio cultural, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade. (UNESCO, 2003, art. 2).

Carvalho (2011) ressalta que a Convenção de 2003 tem como objetivos centrais a salvaguarda do PCI, o respeito e reconhecimento do patrimônio das comunidades e indivíduos; a sensibilização relativamente à sua importância a uma escala local, regional e internacional através da cooperação internacional.

Ao definir o patrimônio imaterial como objeto de instrumento normativo multilateral no campo da cultura, em 2003, a UNESCO fez repercutir o reconhecimento do papel desse tema em um cenário global marcado por profundas transformações, associadas ao agravamento da desigualdade econômica e da intolerância étnico-religiosa. (CASTRO, 2008)

Segundo Castro e Fonseca (2008), na conformação do contexto atual brasileiro, no que se refere ao patrimônio cultural imaterial, destaca-se a Constituição Federal promulgada em 1988, que, já considerava tanto os bens de natureza material como imaterial como parte do patrimônio cultural brasileiro no seu artigo 216, ao definir como:

Aqueles portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira e os relaciona a formas de expressão; modos de criar, fazer e viver; criações científicas, artísticas e tecnológicas; obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados à manifestações artístico-culturais; e conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988)

Ainda no âmbito brasileiro, Rocha (2014) destaca que o tema patrimônio cultural imaterial passou a ser discutido entre os especialistas no Seminário Internacional sobre Patrimônio Imaterial que ocorreu na cidade de Fortaleza, em 1997, quando foram discutidos os instrumentos legais e administrativos de preservação dos bens culturais.

Desse Seminário resultou a “Carta de Fortaleza”, a qual recomenda a definição do conceito de bem cultural de natureza imaterial, a realização do inventário e a criação do registro como instrumento legal voltado para estes bens. Atendendo a essas recomendações, o Ministério da Cultura criou um Grupo de Trabalho coordenado pelo Iphan que, em 2000, por meio do Decreto nº 3.551 que instituiu e criou o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial - PNPI (ROCHA, 2014).

Segundo Castro (2008) o Decreto n. 3.551/ 2000 é o principal marco legal de atuação relativa ao PCI no Brasil. Define Patrimônio Cultural Imaterial brasileiro como os saberes, os ofícios, as festas, os rituais, as expressões, as expressões artísticas e lúdicas, que integrados à vida dos diferentes

grupos sociais, configuram-se como referências identitárias na visão dos próprios grupos que as praticam. Essa definição indica o entrelaçamento das expressões culturais com as dimensões sociais, econômicas, políticas, que articulam como processos culturais vivos, capazes de referenciar e construir identidades sociais.

Paralelamente à criação do Decreto nº 3.551/2000, como forma de instrumentalizar a implementação de política de inventário prevista no Decreto, o Ministério da Cultura consolidou o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), técnica de pesquisa adotada pelo Iphan, que tem como objetivo produzir conhecimento, identificar e documentar bens culturais sobre os domínios da vida social, aos quais são atribuídos sentidos e significados ao patrimônio cultural que constituem marcos e referências de identidade para determinado grupo. (CASTRO, 2008)

A Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial de 2003, celebrada pela UNESCO, foi ratificada pelo governo brasileiro por meio do Decreto nº 5.753/2006, a qual juntamente com a legislação já estabelecida representa o conjunto de políticas públicas que configuram o contexto do Patrimônio Cultural Imaterial, sendo possível identificar o conceito amplo de PCI, dotado de forte viés antropológico, o qual engloba expressões de grupos e camadas sociais. Castro (2008, p. 12) afirma que a noção ampla do patrimônio cultural imaterial adotada atualmente no Brasil trata-se também de um instrumento de reconhecimento da diversidade cultural do território brasileiro, abrindo caminhos para discussões a cerca da inclusão cultural e de seus efeitos sociais.

## 7.2 Artes de pesca artesanal como um patrimônio cultural marítimo

Segundo a Lei Federal nº 11.959/2009, que dispõe sobre a Pesca Geral no Brasil, a pesca artesanal é “aquela praticada por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria”. No âmbito cultural e social, sabe-se que a Pesca Artesanal vai muito além dessa definição.

As artes de pesca resultam da criatividade e do domínio dos pescadores acerca dos meios de produção da pescaria para conseguir controlar como pescar e o que pescar. Segundo Oliveira (2015), o pescador artesanal é um grupo cultural que usa recursos da biodiversidade para



sobreviver criando estratégias pesqueiras. Possuem um conhecimento local, que tem sido transmitido de geração em geração, constituindo fonte de renda e riqueza cultural.

Andreoli (2007) enfatiza que é um ofício que exige o domínio amplo de conhecimentos variados sobre o meio ambiente (condições das marés, a identificação dos pesqueiros, o manejo dos instrumentos de pesca, estações do ano, hábitos alimentares dos peixes) construídos com base em dados empíricos que provêm de uma tentativa contínua da atividade pesqueira.

De modo que fazer-se um pescador artesanal, segundo Ramalho (2017) é tornar-se portador de um conhecimento e de um patrimônio sociocultural, que os permitem conduzir-se, ao saber o que vai fazer nos caminhos e segredos das águas, amparando seus atos em uma complexa cadeia de inter-relações ambientais típicas dos recursos naturais aquáticos.

Diegues (1983) afirma que esta arte está historicamente ligada a três correntes étnicas que formaram a cultura das comunidades litorâneas: a indígena, a portuguesa e a negra. A qual herdou da cultura indígena o preparo do peixe para a alimentação, a construção de canoas e jangadas, as flechas, os arpões e as tapagens; da cultura portuguesa, herdou o uso de anzóis, pesos de metal, redes de arremessar e de arrastar; e da cultura negra, herdou a variedade de cestos e outros apetrechos utilizados na captura dos peixes.

Neste trabalho, nos detemos ao conceito de patrimônio marítimo. Quando nos referimos a esse conceito nos deparamos com um desconhecimento da terminologia nesse campo, sendo necessário, para proceder ao elenco de conceitos e ao estado da arte quanto à sua definição, recorrer a uma bibliografia especializada. Para tanto, usamos como referência a pesquisa desenvolvida por Filipe e Curtinhal (2011), sobre Patrimônios, Culturas Marítimas e Práticas Museais, resultado de suas atuações profissionais na área do patrimônio marítimo no Ecomuseu Municipal do Seixal (EMS).

As autoras apresentam inicialmente os conceitos de culturas marítimas e comunidades marítimas, definidas respectivamente por Garrido (2013) e Mendes (2008). Para Álvaro Garrido culturas marítimas são “[...] quaisquer formas de expressão material ou simbólica da relação entre grupos humanos e o mar, num determinado território e numa certa temporalidade” (GARRIDO 2013, p. 354).



Paulo Mendes relaciona o conceito de comunidade marítima à relação ecológica do mar no cotidiano de seus membros, ao afirmar que “[...] não tem que ser necessariamente composta por pescadores. Pode ser afinal, uma comunidade costeira, desde que tenha o seu cotidiano, intimamente, relacionado com uma ecologia marcada pelo mar” (MENDES 2008, p. 207).

A partir dos conceitos de **culturas marítimas** e **comunidade marítima** chegamos ao conceito de patrimônio marítimo, definido por Perón (2002, p.15) como:

[...] um conjunto dos elementos materiais e imateriais ligados às atividades humanas desenvolvidas no passado, relacionadas com os recursos e o meio marítimo e que os grupos sociais reconhecem hoje, em diferentes escalas geográficas, como sua própria herança, tomando parte ou integrando por inteiro a sua identidade e, em consequência, tornando-se dignos de transmissão às próximas gerações. (PÉRON, 2002, p.15)

Percebemos que o conceito de patrimônio marítimo está diretamente ligado ao que Iphan (2013) identifica como Patrimônio Cultural Imaterial, sendo aquele transmitido de geração em geração, constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. (IPHAN, 2013)

No contexto brasileiro, segundo Santos, Aragão e Souza (2016), em 2008, o Iphan lançou o projeto Barcos do Brasil, com vistas à valorização e salvaguarda do Patrimônio Cultural Naval brasileiro. Esse projeto propõe ações de proteção e diagnóstico de embarcações, paisagens culturais, acervo histórico e fomentos às atividades relacionadas aos barcos tradicionais – pesca, artesanato, culinárias, mercadorias e outras manifestações. Essa nova percepção acerca dos meios fluviais e marítimos denota a relevância vinculada à cultura, história e identidade.

A vida simples relacionada ao cotidiano dos fazeres e saberes locais, os quais influenciam os costumes singulares dos ambientes aquáticos tais como rio, lago, lagoa e mar, enaltecem a produção dos bens tangíveis e intangíveis das comunidades; busca por reconhecer esses saberes, oriundos das comunidades ribeirinhas, catadoras e pesqueiras, a arte da construção de canoas, perpassa pela valorização da tecnologia de construção, estética e beleza que compõem patrimônio cultural brasileiro vinculado à paisagem marítimo-fluvial. (SANTOS; ARAGÃO; SOUZA, 2016)

É nesse alargamento do conceito de patrimônio cultural ocorrido nas últimas décadas, no âmbito dos valores simbólicos, identitários e culturais reconhecidos pelas comunidades que resulta o crescente interesse pelo patrimônio marítimo, no que tange à sua proteção, conservação, salvaguarda e valorização. Tendo em vista também sua fragilidade, apresentada por Péron (1993, p.219), ao afirmar que como “[...] todo o patrimônio, o patrimônio marítimo, é plural e evolutivo, construído, trabalhado e transmitido geração após geração. Portanto não é imutável. É frágil”.

Nesse sentido, de acordo com a Unesco, as pesquisas estatísticas realizadas nos últimos anos sobre situações de risco não consideram o tema “patrimônio cultural”, mesmo reconhecendo a importância de seu papel em momentos de crise. A partir dessa inquietação, o IBRAM (2013, p.15) questiona “Como proteger dos riscos bens de tamanha importância para a humanidade?”.

É diante dessa fragilidade do patrimônio cultural, com recorte no patrimônio marítimo da comunidade de pescadores artesanais da vila-bairro Coqueiro da Praia, que este projeto, atravessado pelo conceito de rede de museus poli nucleares, museus de territórios e de base comunitária, utilizando um sistema de documentação museológica para registro e gestão do acervo do Museu da Vila, da Rede de Museus do Ecomuseu Delta do Parnaíba, que este trabalho se pautar, com o objetivo de garantir a salvaguarda desse patrimônio.

## 7.3 Papel dos museus para salvaguarda do PCI

Dando continuidade às questões expostas anteriormente, nessa seção tratamos de algumas reflexões em torno dos seguintes questionamentos, apresentados por Carvalho (2011): Como revitalizar um patrimônio em risco de desaparecer? Qual deverá ser o papel do museu? Deverá o museu ter um papel ativo contra o desaparecimento de certas expressões do PCI, entendendo que o patrimônio é essencial às próximas gerações?

Primeiramente, precisamos entender o conceito de museu. Conforme Desvallées & Mairesse (2013, p.64), a definição profissional de museu

mais conhecida atualmente é a do *International Council of Museums* (ICOM), encontrada no seu estatuto de 2007, que define museu como “uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, aberto ao público, que adquirir, conserva, estuda, expõe e transmite o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio, com fins de educação, estudo e deleite”. (ICOM, 2007)

A partir dessa definição é possível perceber que o conceito de museu não se reduz aos limites de um edifício, seu campo de ação se estende a todo um território de uma determinada comunidade. Segundo Hernandez (2006), é um espaço aberto em que passado, presente e futuro se contemplam em uma perspectiva aberta capaz de criar novos horizontes carregados de sentidos e possibilidades. O IBRAM (2013) enfatiza a importância do museu para salvaguarda do patrimônio imaterial ao afirmar que:

Somos construídos pelos afetos. Somos construídos por escolhas. Elegemos, escolhemos, guardamos nossos afetos. Evidenciamos ou esquecemos, não importa. Todos estão guardados. E onde são guardados os afetos? Na lembrança, na memória, no museu. O museu exerce um papel especial em relação a estes afetos, pois é o elemento que faz a mediação entre o homem e seus afetos, entre as manifestações simbólicas e o sujeito. Quando elegemos, desejamos preservar. (IBRAM, 2013, p. 15)

É necessário entender e analisar os caminhos e os desafios das instituições museológicas em relação à salvaguarda do PCI. Partimos do pressuposto que os museus possuem um papel fundamental na gestão desse patrimônio, uma vez que propicia a articulação das áreas de conservação, documentação, pesquisa e comunicação em torno de um objeto. Contudo, Rocha (2014) afirma que atuar museologicamente com essa tipologia de patrimônio envolve as dificuldades inerentes à teoria e à prática voltadas para a imaterialidade.

Dentre essas dificuldades Carvalho (2011) aponta para os seguintes desafios: romper com a cultura museológica do patrimônio material, a falta de recursos humanos e financeiros necessários para a complexidade da integração de patrimônios, a precariedade dos procedimentos técnicos frente a um patrimônio em constantes transformações, o risco da cristalização do patrimônio “vivo” e da dificuldade de um trabalho continuado com as comunidades na interpretação de seu patrimônio.



Ainda sobre esses desafios, Rocha (2014) informa que a valorização do patrimônio integral nos museus brasileiros ainda é incipiente. Até mesmo o inventário e a documentação museológica que já têm sido realizados em muitos deles não refletem a relação material e imaterial, muitas vezes se resumindo aos campos referentes à materialidade do objeto.

Com essas dificuldades e as peculiaridades que o PCI apresenta, em constante mutação, Carvalho (2011) afirma que a provável solução para os museus trabalharem com o PCI é provavelmente passarem por uma posição que lhes permita condições para que as comunidades possam apresentar propostas de salvaguarda, no sentido de garantir a preservação do seu patrimônio vivo. Nesse sentido, a autora define o papel dos museus junto ao PCI em três possibilidades de atuação, como:

**Catalisador:** o museu capaz de provocar a reflexão e a mobilização das comunidades para a importância do PCI. Nesse sentido cabe ao museu informar as comunidades sobre as possibilidades de desenvolver estratégias de salvaguarda (ex. inventários, sistemas de transmissão, etc.).

**Mediador:** desenvolver atividades de coordenação e apoio a projetos de salvaguarda pelas comunidades, fazendo uso das suas competências técnicas e científicas, cabendo aos profissionais de museus o papel de facilitadores na preservação do patrimônio.

**Os museus dispõem de importantes recursos:** o museu configura em si mesmo um espaço com valências específicas, representando um instrumento fundamental de expressão, educação e comunicação, que no seu conjunto podem estar à disposição das comunidades e do seu desenvolvimento. (CARVALHO, 2011, p.125)

Apesar de definir esses papéis que os museus podem desenvolver em relação ao PCI, a autora ressalta que são apenas possíveis abordagens, pois não existem modelos de atuação no que concerne ao PCI, mas sim boas práticas. Nesse sentido, cabe a cada museu encontrar soluções que se adequem à sua realidade.

Dentre alguns exemplos dessas boas práticas a referida autora aponta as seguintes: a criação de Observatórios do Patrimônio, com rede de cooperação, plataforma de intercâmbio de salvaguarda do PCI, espaço para participação dos cidadãos para investigação do patrimônio imaterial e espaço de mediação entre investigadores e possíveis agentes; criação de Catálogos de Bens Imateriais, realização de Inventários realizados por apoio das universidades, elaboração de Vocabulários controlados - *Thesaurus do PCI*; utilização das tecnologias Wiki<sup>5</sup> para gestão de coleções e comunicação nos museus.

---

5 A Wikipédia é um dos exemplos mais conhecidos dessa tecnologia. Essa tecnologia pode ser utilizada em contextos muito diversos, tanto no setor público quanto no privado. Pode ser utilizada como espaço de partilha de ideias, gestão de projetos. Geralmente as wikis tem o objetivo central o envolvimento do público, permitindo várias contribuições na criação de recursos disponíveis em *site*. (CARVALHO, 2011, p. 312).

Porém, quando Carvalho (2011) se refere à necessidade dos museus de encontrarem condições para que haja a participação efetiva das comunidades para garantia da preservação e salvaguarda de seu patrimônio cultural, surge o questionamento de qual tipo de museu atenderia essa necessidade?

Como a autora já afirmou, não existem modelos definidos, mas é possível encontrar algumas respostas no Movimento da Nova Museologia (MINOM), que surgiu nos anos 1970 de experiências que se opunham teórica e prática ao caminho adotado pelos museus clássicos, e nos anos 1980 construiu alternativas na busca de sistematização teórico-experimental no campo da museologia.

O MINOM apontou caminhos de respeito à diferença e à pluralidade, para a construção de uma museologia que está aberta às múltiplas realidades e ao crescimento do técnico, que passa a reconhecer seus limites e se abre para o crescimento conjunto, a partir da interação com as comunidades, assumindo o seu compromisso social, na busca da cidadania e do desenvolvimento social. (SANTOS, 2014).

Em relação a esta questão Pinheiro (2015, p.61) afirma que dentre as muitas questões trazidas pela nova museologia existem aquelas ligadas ao museu integral, de caráter comunitário. O museu "integral" se insere no âmbito específico das suas atividades, preocupações de caráter social e de participação alargada da comunidade como justificativa última da sua própria essência e razão de ser. O museu passa a ser um instrumento de intervenção capaz de mobilizar vontades e esforços para a resolução de problemas comuns, no seio das comunidades humanas onde se encontram.

### **7.3.1 Ecomuseu: um possível modelo de museu para gestão do PCI**

A nova museologia contribui para a valorização das pessoas, dos territórios e do patrimônio cultural para a acentuação da dimensão política dos museus. Sendo assim, Cândido (2014) afirma que o papel social do museu é o de aumentar a capacidade de uma coletividade de projetar seu futuro e ser sujeito ativo de sua própria história.

Segundo Pinheiro (2015) a partir do MINOM surgem os novos processos museais, dentre eles a ecomuseologia, museologia comunitária e todas as outras formas de museologia ativa, que se interessam primeira-

mente pelo desenvolvimento das populações, refletindo os princípios motores de sua evolução, ao mesmo tempo em que as associa aos projetos de futuro.

Para este trabalho usamos a definição de ecomuseu como um dos novos processos museais necessários à salvaguarda e tratamento do PCI; a considerar que o projeto-ação é desenvolvido no âmbito do Projeto Matriz MUDE do PPGAPM, da UFPI, CMRV, que assume o conceito de rede de museus poli nucleares, museus de territórios e de base comunitária, iniciamos os estudos e intervenções pelo primeiro núcleo – o Museu da Vila.

Segundo Pinheiro e Carvalho (2018) esse projeto está em andamento desde 2015, no território da Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba, são estudos e intervenções, de forma colaborativa e participativa, de modo a construir uma Rede de Museus de Território, de natureza polinuclear, envolvendo instituições públicas, privadas e sociais. Sendo os primeiros museus a constituírem essa Rede: o Museu da Vila, localizado no Bairro Coqueiro da Praia, em Luís Correia-PI, sob gestão do PPGAPM da UFPI e a Associação de Moradores do Bairro Coqueiro da Praia (AMBC); e o Museu Tartarugas do Delta, sob gestão do Instituto Tartarugas do Delta e Sesc, com o apoio do PPGAPM da UFPI.

O conceito adotado é de Varine (2012), que define ecomuseu como uma prática social, que se estrutura a partir da relação entre uma população, um patrimônio e um recorte territorial, visando a melhoria da qualidade de vida, a reorganização do espaço e desenvolvimento local. Segundo o autor, a gestão do patrimônio deve ser feita próxima de seus detentores.



Destacamos, igualmente, as ideias de Brulon e Scheiner (2009), que completam as apresentadas por Varine, ao afirmarem que o ecomuseu é por definição, “um território-museu”; no qual se trata do território de uma população, em que os visitantes são apenas passantes e descobridores. O tempo e o espaço são abordados sob o olhar dessa população. Sendo assim, o foco de interesse desse tipo de museu é a relação entre as pessoas e suas memórias. Caso o ecomuseu introduza um pensamento ambiental, esse meio ambiente é, antes de tudo, social. No ecomuseu, o patrimônio permanece pensado como bem “comum”, herança de um grupo social específico.

Desvallées e Mairesse (2013, p.66) apresentam também outra questão relacionada ao ecomuseu. Afirmam que segundo seus princípios, esse museu pode se apresentar como “[...] uma função específica, que pode tomar a forma ou não de uma instituição, cujo objetivo é garantir, por meio da experiência sensível, o acúmulo e a transmissão da cultura entendida como o conjunto de aquisições que fazem de um ser geneticamente humano, um homem”.

Para Brulon (2016), foi o surgimento dos ecomuseus que permitiram a musealização integral dos objetos e dos valores que lhes são atribuídos pelas pessoas, promovendo a manutenção das relações sociais. Nesses museus, não há uma acepção disciplinar única possível e os modelos preconcebidos são substituídos pelo conjunto de questões e problemas dos quais tanto as pessoas quanto os objetos são testemunhos.

Nesse sentido, Carvalho (2011, p.119) afirma que o ecomuseu é um possível modelo para aproximação ao PCI, tendo em



vista que favorece uma visão suficientemente abrangente, que integra o patrimônio cultural nas suas diversas dimensões, em função de um território que representa.

Para se trabalhar com o PCI de forma efetiva, o museu precisa permitir que as comunidades participem das mais variadas formas, dos processos de educação e formação, que lhes garanta a apreensão de sentidos, de valores culturais próprios de seu cotidiano. Pinheiro (2015, p.56) acredita que a participação permite interações com as demais dimensões da vida comunitária, da geração e operacionalização de situações de aprendizagem com base no repertório regional e local.

## 7.4 Pesquisa, documentação e comunicação em museus: estratégias de salvaguarda do PCI

De acordo com Brulon (2018, p.197) as funções básicas das instituições museológicas consistem no desenvolvimento de ações de preservação, pesquisa e comunicação. Conforme Inês Cândido (2006), preservar inclui a coleta, aquisição, acondicionamento e conservação das coleções; e a missão de comunicar se realiza por meio das exposições, publicações, projetos educativos e culturais; e o exercício de investigar, ou seja, pesquisar, permeia todas as atividades de um museu, embasando-as cientificamente.

Dentre as funções apresentadas por Inês Cândido, sobre a preservação, Chagas (1996) enfatiza que não pode ser entendida como um fim em si mesma, mas como um meio de estabelecer o processo de comunicação, aumentando as possibilidades de investigação do patrimônio cultural, oferecendo sentidos à preservação. O autor ressalta ainda que a pesquisa é a garantia da possibilidade de uma visão crítica sobre a documentação, por meio da relação homem-documento-espaco, memória, patrimônio cultural, preservação e comunicação.

Sobre o processo de documentação museológica Padilha (2014) destaca a seleção, a pesquisa, a interpretação, a organização, o armazenamento, a disseminação e a disponibilização da informação. Ressalta que é necessária a pesquisa interna para todas as atividades de registro documental, já que contribui para que os profissionais do museu compreendam a variedade de seus objetos, bem como colabora no reconhecimento e controle de seu acervo.



A documentação museológica é definida por Inês Cândido (2006) como um procedimento essencial dentro de um museu que representa o conjunto de informações sobre os objetos por meio da documentação textual e da documentação iconográfica. Trata-se, também de um sistema de recuperação de informações, capaz de transformar acervos em fontes de pesquisa científica e/ou em agentes de transmissão de conhecimento, exigindo a aplicação de conceitos e técnicas próprias, visando à padronização de conteúdos e linguagens.

Para François Mairesse (2011), esses processos que ocorrem nos museus são definidos também como musealização, que consiste justamente no conjunto de atividades que o museu desenvolve, dividido em: preservação, pesquisa, e a comunicação. O termo musealizar é definido por Brulon (2018, p.190) como “[...] mudar algo de lugar, às vezes no sentido físico, mas sempre no sentido simbólico. É recolocar, ou dispor para revalorizar. Reordenar, sem a perda de sentidos, mas visando a aquisição de informação ou a sua potencialidade.” incluir um objeto no museu, musealizá-lo, requer primeiramente uma investigação que vise a sua identificação com a missão e finalidade da instituição. Uma vez analisado, recebe um valor documental que admite sua incorporação ao acervo museológico.

Padilha (2014) afirma que são muitos os motivos que levam os museus a salvaguardarem um objeto em seu acervo: por ser raro, pela sua fabricação, pelo valor científico e cultural, pela preciosidade do material ou pela sua antiguidade. Sendo que o significado atribuído ao objeto diz respeito à finalidade do museu. Essas funções e utilidades que um objeto museológico apresenta são as que o caracterizam como documento de valor patrimonial e informacional que o permite ser salvaguardado.

A autora ainda define o conceito de coleções museológicas como um acervo composto por objetos de grande variedade tipológica, podendo ser de cunho etnográfico, antropológico, arqueológico, artístico, histórico, tecnológico, imagético, sonoro, virtual, que constituem o patrimônio cultural da instituição.

A partir dessa premissa, entendemos que a musealização é uma estratégia de salvaguarda do patrimônio cultural. Segundo Nogueira (2014, p.35) é “[...] pensar a proteção ao patrimônio não apenas sobre o passado, pensá-lo como uma estratégia para o futuro”, por meio de ações voltadas à produção, registro e disseminação de informações, proporcionando ressignificações e novas atribuições de valores.

Nesse viés, Carvalho (2011) reconhece aos museus um papel válido na valorização integrada do patrimônio cultural, através da identificação, inventário, documentação, investigação, educação (e transmissão), exposição e interpretação, promoção e divulgação. A autora identifica essas ações como estratégias de salvaguarda do patrimônio cultural. Porém faz uma ressalva e afirma que para o museu incorporar o PCI em suas atividades é necessário se redefinir, rever metodologias, procedimentos técnicos e perfis de competência profissionais, ultrapassando a tradição museística, enraizada na cultura material, na qual muitas coleções se apresentam desprovidas de informação para além de suas características físicas.

Isso se deve, em grande parte, à mentalidade preservacionista presente nos museus, que historicamente fez com que suas atividades estivessem voltadas basicamente à preservação e conservação de suas coleções. Prandi e Crippa (2013) afirmam que, mesmo com os avanços na museologia, os museus brasileiros ainda apresentam dificuldades em se organizarem como sistemas de informação, providos de capacidade para desempenhar o papel de mediação entre objetos e usuários por meio de atividades técnico-científicas que permitam a organização de suas coleções e sua ampla divulgação.

A prática desse comportamento resulta no fato de que muitas coleções se apresentarem desprovidas de informação para além de suas características físicas, faltando-lhes a ligação entre objeto, práticas e memórias que lhe são associadas.

Segundo o ICOM (2014) o alargamento no campo de atuação dos museus, de modo a incluir estratégias direcionadas ao trabalho com patrimônio cultural é extremamente necessário. Quando se fala de patrimônio cultural estamos a nos referir de uma prática social inserida no seio das comunidades, o qual exige métodos e técnicas diferentes das utilizadas tradicionalmente pelos museus, de modo que, “[...] preservar, documentar e apresentar o PCI, não é uma tarefa fácil.” (CARVALHO, 2011, p.113)

Para o IBRAM (2013), o patrimônio cultural traz em si uma série de elementos que o identificam e dão sentido e valor às sociedades. Proteger esse patrimônio e oferecer ferramentas para sua gestão, conservação e valorização constitui uma tarefa chave para garantir o seu acesso e a sua permanência ao longo do tempo.

Dentre os desafios a serem enfrentados nos museus no trabalho com o PCI, Rocha (2014) apresenta a musealização como um deles, a qual exige avanços na documentação e comunicação no sentido de transcender o objeto, exercendo papel de mediação na medida em que se abre para a pluralidade de sentidos, possível somente para o sujeito que olha o objeto e se revela como produtor de significados; sem a inclusão da comunidade como detentores de saberes e experiências, como protagonistas nesse processo, não é possível promover, criar estratégias afetivas e efetivas de salvaguarda.

Yassuda (2009) ressalta que a documentação museológica não tem apenas uma função administrativa no museu, mas aproxima o usuário do acervo, com informações sobre a coleção, como um instrumento para a geração de conhecimento, dando oportunidade para a criação de novas informações e, portanto, novos conhecimentos. A informação no contexto museológico possui um relevante papel social, tendo em vista que os museus são instituições que possuem responsabilidades sociais, culturais, educacionais e científicas, envolvendo diferentes formas e níveis de representação do conhecimento.

No âmbito da documentação do patrimônio cultural, a Convenção de 2003 apontou a realização de inventários como uma medida essencial de salvaguarda. Tendo em vista que documentar um patrimônio cultural é produzir conhecimento sobre ele, o que é fundamental para preservá-lo. Conforme Castro (2008), o conjunto de políticas voltadas para o patrimônio cultural imaterial no Brasil tem como principais instrumentos de salvaguarda o registro, o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) e os Planos de Salvaguarda.

#### **7.4.1 Inventários Participativos**

De acordo com Carvalho (2011), a realização de inventários constitui o primeiro nível da documentação museológica, pois apresenta as informações básicas para assegurar o reconhecimento de um patrimônio, sendo necessário ser complementado por registros subsequentes que possibilitem aprofundar, atualizar e disponibilizar as informações inventariadas. Nesse sentido, a autora nos alerta, com fundamento na Convenção da Unesco de 2003, que o inventário deve ser entendido não como um fim em si mesmo, mas como um primeiro passo numa estratégia de salvaguarda mais alargada.

Inês Cândido (2006) ressalta que o Inventário deve prever o cumprimento de etapas distintas e complementares do processamento da documentação museológica, decisivas para o desenvolvimento do trabalho no museu, sendo elas: identificação e registro dos objetos, classificação dos objetos, definição de categorias de acervo, arranjo do acervo em coleções, pesquisa bibliográfica e arquivística.

Para a implantação de inventários é necessário também considerar alguns aspectos inerentes a eles, os quais são apresentados por Carvalho (2011, p.133) com base nas orientações da UNESCO:

- Os inventários são a primeira etapa da documentação. De modo que o ato de inventariar não significa a salvaguarda dos elementos de PCI identificados;
- Os inventários devem ser suficientemente detalhados, porém devem-se evitar projetos muito ambiciosos, tendo em vista o equilíbrio sustentável dos recursos disponíveis;
- As informações reunidas no processo de inventariação devem ser as mais completas e abrangentes possíveis, todavia, deve ser encontrado um nível mínimo de conteúdos do que se considera essencial;
- Os inventários devem refletir a interdependência do patrimônio material e imaterial;
- Os inventários devem ser revistos e atualizados regularmente, por se tratar de um patrimônio vivo, em constante evolução.
- Nem sempre é possível inventariar tudo, devem ser estabelecidas prioridades em termos de abrangência temática e geográfica;
- Os inventários devem privilegiar a participação das comunidades;
- Devem constituir uma ferramenta flexível e de fácil gestão; [grifos nossos]. (CARVALHO, 2011, p.133)

Carvalho (2011) nos informa que a realização de inventário apresenta uma ferramenta indispensável para todos os que trabalham com o patrimônio cultural. Com base em metodologias e ferramentas já existentes no Brasil, Castro (2008) destaca o Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC, metodologia de pesquisa adotada pelo Iphan, que tem como objetivo produzir conhecimento, identificar e documentar patrimônios sobre os domínios da vida social, aos quais são atribuídos sentidos e significados, que constituem marcos e referências de identidade para determinado grupo.





Um exemplo de boa prática de realização de inventário participativo no Brasil é o Inventário Participativo de Pessoas e Memórias do Museu de Arqueologia de Itaipu, que conforme Primo e Araújo (2018) surgiu a partir da necessidade do museu em discutir com os pescadores e moradores do Canto de Itaipu os sentidos atribuídos às diversas referências culturais do território. As autoras reforçam a importância dessa ação nos museus, ao afirmarem que “diferente das outras ações de documentação, o inventário participativo propõe que os protagonistas do processo de musealização sejam membros da comunidade e não técnicos e especialistas”. (PRIMO; ARAUJO, 2018, p. 4)

O inventário é uma forma de pesquisar, coletar e organizar informações sobre algo que se quer conhecer melhor, para identificar as referências culturais que formam o patrimônio cultural do lugar. Essas referências “[...] são edificações e são paisagens naturais. São também as artes, os ofícios, as formas de expressão e os modos de fazer.” (Iphan, 2013, p.5). Necessário um olhar voltado aos espaços da vida, que busquem identificar as referências culturais que formam o patrimônio do local, pois o patrimônio cultural é o “[...] único recurso, juntamente com a população, que se encontra em toda a parte e que basta procurar para encontrá-lo”. (VARINE, 2012, p. 19). Nesse sentido, a participação da comunidade é essencial para descrever, classificar e definir o que lhe reconhece como patrimônio.

Sobre a importância da participação da comunidade na elaboração de inventários participativos, Varine (2012) nos diz sobre o exercício das subjetividades simultâneas, de sua extrema importância, para estabelecer a reunião e o confronto de opiniões, buscando uma maior integração da comunidade no processo, sem restringir a tomada de decisões e o compartilhamento de responsabilidades a um pequeno número de pessoas específicas.

Segundo o Iphan (2012), fichas, anotações, fotografias, gravações sonoras e outros tipos de documentos são importantes fontes de pesquisa nesse processo. Em seu Manual de Aplicação da Educação Patrimonial o Iphan (2013, p.12) apresenta seis fichas que compõem o inventário:

**Ficha do Projeto:** estruturante e tem a função de ajudar o grupo a organizar a informação coletada;

**Ficha do Território:** onde são preenchidas as informações sobre: denominação, referências de localização, descrição, história e dados socioeconômicos referentes ao território da pesquisa;

**Fichas das categorias:** Lugares, Objetos, Celebrações, Forma de Expressão e Saberes;

**Ficha de Fontes Pesquisadas:** descrevem os documentos utilizados, pessoas entrevistadas e onde estão localizados;

**Ficha de Roteiro de Entrevista:** tem como objetivo ajudar a equipe a organizar os principais aspectos do inventário;

**Ficha de Relatório de Imagens:** contém as fotografias, desenhos, pinturas e gravuras selecionadas. Iphan (2013, p.12)

Os modelos de fichas apresentadas pelo Iphan se assemelham ao que é proposto pela UNESCO em 2006, em uma proposta de ficha de inventário direcionada para o patrimônio cultural imaterial, que propõe seis categorias essenciais de organização das informações para inventário: identificação do elemento; características; pessoas e instituições envolvidas; avaliação da situação em que se encontra a manifestação; informação sobre a recolha de informações do inventário e, por fim, as referências bibliográficas, fontes, discografia e material audiovisual. (CARVALHO, 2011, p.134)

É importante compreender ainda que a realização de inventários requer o desenvolvimento de base de dados, que possam organizar as informações recolhidas, atualizá-las e divulgá-las. Conforme Carvalho (2011) implica considerar a necessidade de sistematizar a informação e dar-lhe coerência conceitual, através da definição de categorias, de um vocabulário controlado, por meio da integração em um sistema de gestão mais alargado.

#### 7.4.2 Sistema de Gestão Museológica

O museu, enquanto unidade de informação tem a responsabilidade de proporcionar meios de transmissão da informação, portanto, cabe a ele gerir sistemas eficientes que possibilitem a comunicação de suas coleções. Yassuda (2009) afirma que estes dados devem receber tratamento específico para que, dentro de um fluxo informacional, se tornem instrumentos para a geração de conhecimento, pois um objeto por si só não gera informação. Ele precisa passar por diferentes etapas para que seja um objeto informativo.

Nesse sentido Carvalho (2011) apresenta como ferramenta indispensável para a criação de instrumentos de preservação e documentação do patrimônio cultural, no âmbito dos museus, a utilização das novas tecnolo-

gias. Nesse viés, a inserção de informações museológicas em os bancos de dados se apresenta como um dos procedimentos técnicos a serem seguidos para as boas práticas da gestão das coleções museológicas. O banco de dados nos museus tem garantido um maior controle e fluxo de informação, bem como uma maior segurança ao acervo musealizado. (TRÍSCELE, 2017)

A utilização das novas tecnologias para inserção de coleções museológicas em banco de dados configura-se em automação de acervo museológico, definida por Prandi e Crippa (2013) como a aplicação de tecnologia da informação no desenvolvimento de processos técnicos, produtos, serviços e atividades gerenciais nos museus. Facilitando a implantação de sistemas museológicos mais eficientes. Visto que, antigamente a informação museológica “fluía” por meio físico demorado, de alto custo, sujeito a atraso e de difícil mudança. Atualmente, a mesma informação, automatizada e disseminada em meio eletrônico, é praticamente instantânea, quase sem custo, mutável e ainda ocupa pouco tempo e espaço.

Para Padilha (2014) um sistema de documentação museológica eficiente constitui um instrumento essencial em todas as atividades do museu, o qual tem como principais objetivos salvaguardar os itens da coleção, e potencializar seu acesso e o uso. A sua função é constituir contatos efetivos entre as fontes de informações e os usuários do museu, de modo a estabelecer uma comunicação que proporcione novos conhecimentos e experiências. O sistema compõe-se de etapas que se iniciam com a aquisição do objeto, seleção e pesquisa, logo em seguida, interpretado, organizado e armazenado a partir de um número de registro que o identifica. Suas informações são descritas e, finalmente, o objeto passa pelo processo de difusão, momento em que deve ser acessível e de fácil recuperação.

A autora ainda ressalta que para que esses sistemas se constituam de forma eficiente, alguns critérios precisam ser atendidos: haver conhecimento, clareza e exatidão sobre o acervo; descrever as características informacionais intrínsecas e extrínsecas dos objetos; designar um número de registro ao objeto, para a identificação rápida e precisa; proporcionar a segurança do acervo por meio da documentação museológica, contra qualquer interferência externa ou interna ao museu; organizar os documentos e as fichas produzidas pelo museu, visando a uma padronização mínima entre outras instituições, sem abrir mão das singularidades dos diferentes tipos de museus e acervos; criar um sistema que permita a interoperabilidade institucional entre outros museus; e controlar o vocabulário dos registros de informações utilizados na base de dados do museu, tornando-os acessíveis.

Dentre esses critérios encontra-se a importância da padronização mínima na documentação museológica como garantia de preservação e acesso às informações. No que tange a essa padronização de documentos de museu, o Comitê Internacional de Documentação – CIDOC é um importante órgão relacionado às questões específicas que produz diversas publicações. Segundo o CIDOC (2014), existem normas que influenciam diretamente o trabalho de documentação nos museus. Dentre elas estão as normas dos sistemas de informação, que determinam que:

- Esses sistemas precisam ser criados com o auxílio dos especialistas em documentação e museológica, e com a contribuição da informática, que é essencial neste ponto.
- Deve ser construído de acordo com métodos de programação e estrutura que possibilitem a inclusão de novas funcionalidades e a adaptação à evolução das normas de dados ou de procedimentos.
- Precisam cumprir os requisitos de atualização e integração com avanços tecnológicos mais recentes e a liberdade de utilização da informação que pertence ao museu, ou seja, a possibilidade da instituição museológica migrar seus dados para um sistema diferente ou de consultar a informação sem utilizar o software que sustenta o sistema de informação utilizado.

Segundo Lima, Santos e Santarém (2016, p. 56) atualmente existem iniciativas e empresas que discutem soluções para a elaboração de padrões de metadados no âmbito do patrimônio cultural, de modo a garantir o compartilhamento das informações. Um exemplo disso é a Europeana, criada em 2005 com o objetivo de tornar acessível o patrimônio cultural da Europa, por meio da criação de uma biblioteca virtual, reunindo associações de bibliotecas, arquivos, museus, arquivos audiovisuais e instituições culturais da Europa, com a cooperação das bibliotecas nacionais e outros organismos culturais dos Estados-Membros.

Os profissionais dos museus também possuem papel fundamental no que tange a implantação e gerenciamento dos sistemas museológicos. Cândido (2006) ressalta que cabe à esses profissionais acionar e gerenciar o sistema, armazenando as informações individuais sobre os objetos, ampliando os conteúdos documentais existentes e disponibilizando a base de dados para consultas internas e externas. O profissional do museu é o elo intermediário entre a coletividade e os bens culturais, o agente capaz de explorar as potencialidade e estabelecer as necessida-

des do acervo. Portanto, deve ter o domínio sobre as questões relativas às informações, sejam estas de forma manual ou automatizadas, garantindo seu o rápido e fácil acesso por parte do usuário (pesquisadores e público em geral).

#### **7.4.2.1 Sistema Tainacan: uma solução de software livre para sistemas de gestão museológica**


Segundo Maia (2018), a tecnologia, em particular a digital, trouxe novos desafios e oportunidades para os museus e suas relações com as comunidades. O autor afirma que estamos inseridos em uma era da hiperconectividade e suas múltiplas possibilidades de trocas e aprendizado, porém, mesmo em meio a estas múltiplas conexões, os museus brasileiros, seus usuários e as comunidades ainda se encontram em momento de adaptação e pesquisa dessas novas alternativas.

No que se refere às experiências no campo da tecnologia digital envolvendo instituições culturais, o autor apresenta a plataforma digital Tainacan – tecendo constelações de memória em cultura-, como uma importante experiência nacional para solucionar essas dificuldades, que vem sendo construída há alguns anos, batizada a partir de uma lenda indígena oriunda dos povos Carajás.

O Tainacan surgiu em 2014, a partir da parceria entre o Laboratório de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Mídias Interativas (MediaLab), da Universidade Federal de Goiás, e o Ministério da Cultura, com o objetivo de se tornar a referência técnica para a Política Nacional de Acervos Digitais. Em 2016, foi adotado também como solução para a construção de acervos em rede do Instituto Brasileiro de Museus. (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2015).







Atualmente, o Tainacan é uma parceria entre o MediaLab/UFG- que está em processo de migração para a Universidade de Brasília (UnB)<sup>6</sup>, o Ministério da Cultura e o Instituto Brasileiro de Museus em torno do desenvolvimento de uma plataforma comum para a produção e organização de acervos digitais em rede. De acordo com a Universidade Federal do Goiás (2018) essa plataforma trata-se de uma ferramenta inovadora, simples, mas extremamente potente, que consegue responder de maneira efetiva a grande parte dos requisitos técnicos específicos apresentados pelo desenho de uma política de acervos a partir da perspectiva da cultura digital brasileira.

Nesse sentido, Martins (et al., 2017) ressaltam que o Tainacan tem por objetivo possibilitar a criação um repositório de fácil utilização, configuração e implementação, se tornando uma alternativa livre, de baixo custo e eficiente para instituições culturais que tenham por objetivo implementar repositórios temáticos e institucionais. O MediaLab (2018) apresenta os principais objetivos do projeto, sendo eles:

Desenvolver uma plataforma de fácil uso, customizável e simples de gerir; implementar dinâmicas de participação social e estímulo a inteligência coletiva na gestão dos acervos em rede, permitindo novas formas de inclusão dos usuários e nos novos modos de gestão participativa; servir como base para a implementação de um serviço de rede, onde instituições e projetos culturais possam acessar o Tainacan sem a necessidade de instalação, criando sua conta, disponibilizando e gerindo seu acervo de maneira descentralizada; facilitar a integração dos diferentes acervos já existentes no Brasil e gerar um campo de busca única para facilitar o acesso aos diversos conteúdos já digitalizados e disponíveis no país; Facilitar e promover a gestão de bens museológicos. (MEDIALAB, 2018)

6 MARTINS, D. L, CARVALHO JÚNIOR, J. M. C, GERMANI, L. Projeto Tainacan: experimentos, aprendizados e descobertas da cultura digital no universo dos acervos das instituições memórias. Revista TIC Cultura, 2018.

O Tainacan é desenvolvido com base no software livre WordPress, um dos mais populares sistemas para desenvolvimento de soluções para a Internet que incorpora facilidades e funcionalidades técnicas compatíveis com as últimas tendências das tecnologias da web. Martins (et al., 2017) afirmam que projeto possibilita também a interoperabilidade com mídias sociais, ampliando o grau de participação social de usuários em atividades de sua gestão e manutenção, se tornando uma referência na perspectiva da cultura digital para o mundo dos repositórios digitais.

Sobre a interoperabilidade com as mídias sociais, vale salientar que essa ferramenta oferece oportunidades que colocam as instituições museológicas frente a novas formas de interação com o público, que segundo Martins, Carmo e Santos (2017) se torna um elemento chave para pensar a construção estratégica de uma instituição museológica aberta, acessível e participativa.

É importante ressaltar que ao longo dos anos de 2017 e 2018 o Projeto Tainacan foi expandido, com a adesão de importantes instituições culturais, como a Fundação Nacional de Artes (Funarte), Instituto Brasileiro de Informação Científica e Tecnológica (IBICT), Museu do Índio, Museu Histórico Nacional, Museu Nacional do Complexo da República, Memorial dos povos Indígenas e Museu de Arte de Brasília. As Universidades de Brasília (UnB), Federal do Piauí (UFPI), Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Federal de Santa Catarina (UFSC) e Universidade de São Paulo (USP), entre várias outras organizações, públicas e privadas, que implantaram o projeto, utilizando-o para organização de acervos e formação de museólogos e outros profissionais. (MARTINS, CARVALHO, GERMANI, 2018, p. 60)

Desde sua criação o software Tainacan tem passado por diversas atualizações, lançando ao longo do projeto algumas versões do software. Em 2018 o Tainacan passou por uma grande transformação, seu código foi reescrito e o software passou a ser desenvolvido em duas dimensões compatíveis com o WordPress, sendo elas: um plugin para a interface administrativa do repositório e um tema para visualização do acervo, utilização de filtros e demais funcionalidade, lançando a versão 0.8 do Tainacan. (MEDIALAB, 2018, p.1)

A versão 0.8 vem com novas possibilidades de organização do acervo, com destaque na integração com o protocolo OAI-PMH<sup>7</sup>. As principais

---

<sup>7</sup> O Protocolo da *Open Archives Initiative for Metadata Harvesting (OAI-PMH)* é um mecanismo de baixa barreira para a interoperabilidade do repositório. (SILVA, MARTINS, SIQUEIRA, 2019, p.104)

funcionalidades do software são o uso de metadados e filtros que podem ser configurados, conforme a necessidade de cada instituição cultural, para descrever os itens das coleções e navegar; busca facetada por meio de filtros escolhidos pelo administrador do repositório; gerenciamento de taxonomias que podem ser usados em todas as coleções; temas Tainacan que possui próprio tema padrão, para apresentar coleções de uma maneira bonita e eficaz, funciona também em qualquer tema WordPress, e API e interoperabilidade, podendo mapear os metadados para padrões conhecidos, como Dublin Core. (TAINACAN, 2019)

### **7.4.3 Linguagem Documentária**

Para que os objetivos da documentação museológica sejam alcançados, Duarte Cândido (2014) recomenda a realização de tratamentos e procedimentos técnico-científicos. Destaca como os principais: a padronização de terminologia; o controle de sintaxe; o vocabulário controlado. A autora salienta que o controle de terminologia por meio de vocabulários controlados e a formulação de sintaxe são essenciais para a eficácia do sistema de documentação museológica, na medida em que proporciona mediação da comunicação entre público e museu, com o propósito de romper espaços, distâncias e temporalidades.

Esses procedimentos são denominados linguagens documentárias, definidas por Dodebei (2002) como linguagens de comunicação entre a informação documentária e o usuário que dela necessita. Elas atuam nos sistemas de recuperação da informação em dois níveis: orientando sobre quais os melhores termos para representar o assunto de um documento, e orientando o pesquisador/usuário sobre a escolha dos termos que correspondem ao assunto por ele procurado. Para Cintra (et al., 2002, p. 39) as linguagens documentárias são “importantes ferramentas na organização e distribuição de informação, imprescindíveis para agregar valor à informação especializada, auxiliando a tarefa de organizar tematicamente a informação”.

A linguagem documentária é utilizada nas unidades de informação para descrever o conteúdo de documentos, com o objetivo de armazená-lo e recuperá-lo. Yassuda (2009) exemplifica esse procedimento em sistemas informatizados, os quais inserem as informações produzidas em bases de dados, que possibilitam a recuperação da informação por meio de diferentes entradas. Essas bases são catálogos eletrônicos que utilizam um vocabulário controlado para que o item possa ser recupe-

rado. Neste sentido, é feita a tradução da linguagem natural do usuário para a linguagem documentária do sistema.

Para se compreender melhor as representações documentárias, é essencial entender o “ciclo da informação”, representado por Dodebei (2002) em dois subconjuntos: informação e documento. O universo da informação é caracterizado pela geração de novos conhecimentos disseminados informal ou formalmente em registros materiais, em redes eventuais ou organizadas sistematicamente. Está representado pelas etapas de produção, registro e assimilação da informação. Já o universo do documento, também chamado de “memória documentária”, é representado pela seleção, representação e disseminação.

Segundo a autora, o processo de disseminação da informação não é exclusivo ao modelo de organização da memória documentária. Faz parte da natureza humana a transferência de informações adquiridas para a geração de novos conhecimentos. A disseminação de informações faz uso de estratégias redutoras para impedir a oferta de informações não desejadas. Essas estratégias são consideradas “atalhos” e “filtros”, utilizados principalmente por unidades informacionais (bibliotecas, arquivos, museus), para diminuir as dificuldades de informação, facilitando o acesso mais rápido aos conteúdos que venham satisfazer uma determinada necessidade.

Esse modelo representa o processo de transferência da informação, o papel exercido por cada segmento social envolvido nesta transferência e a estrutura das instituições de preservação da memória social. Do ponto de vista dessas instituições de memória, a disseminação não é só o último estágio do ciclo de um documento, como também tarefa social de garantir o direito à informação. Sem a disseminação o ciclo total se rompe, impedindo as novas construções e a geração de novos conhecimentos.

No âmbito museológico, a representação da informação é composta por dois elementos: objetos (coisas que queremos representar) e propriedades (características de tais coisas). Segundo Dodebei (2002) usam-se os objetos e as propriedades por pertinência recíproca, ou seja, o objeto constitui um conjunto ou uma classe de propriedades. De modo que os processos informacionais de representação do objeto tratam das relações entre as coisas e suas características.

Nesse sentido, conforme Fujita (2004), as Linguagens Documentárias são ferramentas de organização e comunicação da informação, essenciais nas unidades informacionais, pois auxiliam na divulgação e recuperação

da informação aos usuários. Segundo Medeiros et al. (2017, p.22) entre os principais tipos de LDs, estão os sistemas de classificação; cabeçalhos de assuntos; listas controladas; taxonomias e tesouros. As autoras apresentam breves definições de cada linguagem, apresentadas a seguir:

- **Sistemas de Classificação:** são códigos controlados (letras e/ou números) que representam conceitos. Dentre os mais conhecidos estão os sistemas bibliográficos Classificação Decimal de Dewey- CDD e a Classificação Decimal Universal-CDU. Na área da cultura há o exemplo do sistemas de classificação para conteúdos culturais baseado no Iconclass – Projeto AZ – Rede de Investigação em Azulejo<sup>8</sup>.
- **Cabeçalhos de assuntos:** são palavras ou frases uniformes atribuídas a livros, artigos ou outros documentos para descrever o assunto ou o tema e agrupá-los por assuntos similares. São geralmente organizadas alfabeticamente e utilizam a pré-coordenação da terminologia. Um exemplo de cabeçalhos de assunto é o Portal das Memórias de África e do Oriente.<sup>9</sup>
- **Listas controladas:** são listas simples de termos usadas no controlo terminológico. Cada termo é único, não se sobrepõem no seu significado e possuem o mesmo nível de classificação;
- **Taxonomias:** são classificações organizadas de determinado domínio, conhecidas também como vocabulário facetado. Geralmente apresentam apenas termos descritores, organizados hierarquicamente. Pode haver diferentes tipos de relacionamentos pai/filhos, como todo/parte, género/espécie, ou relações de instância. Distinguem-se de um tesouro por terem menos níveis hierárquicos e uma estrutura menos complexa
- **Tesouros:** um tesouro é uma rede semântica de conceitos únicos, que pode incluir três tipos de relações: de equivalência (sinonímia), hierárquicas (relação todo-parte, género-espécie ou de instância) e associativas. Pode incluir também informações adicionais sobre um conceito, incluindo notas explicativas, citações bibliográficas, etc. Possui uma estrutura mais complexa, com mais relacionamentos. Como exemplo de tesouro no âmbito brasileiro existe o Tesouro de Objetos do Patrimônio Cultural nos Museus Brasileiros.

Neste trabalho foi escolhido o tesouro como objeto de estudo, pois segundo Dodebei (2002, p. 67):

8 Rede de Investigação em Azulejo [et al.] – Iconografia. In: **AZ Sistema de Referência & Indexação de Azulejo**. Disponível em:<URL: [http://redeazulejo.fl.ul.pt/pesquisa-az/iconografia\\_pesquisa.aspx](http://redeazulejo.fl.ul.pt/pesquisa-az/iconografia_pesquisa.aspx) >. Acesso em: 14 abr. 2019.

9 FUNDAÇÃO PORTUGAL-ÁFRICA; UNIVERSIDADE DE AVEIRO; CENTRO DE ESTUDOS SOBRE ÁFRICA E DO DESENVOLVIMENTO – Catálogo – Índice de assuntos. Disponível em:< <http://memoria-africa.ua.pt/Catalog/SubjectIndex.aspx> >. Acesso em: 14 abr. 2019.





O emprego de tesouros nas tarefas de indexação e recuperação da informação tenta resolver o problema da alocação de documentos em classes de assuntos, não só por sua capacidade de controlar o vocabulário, mas porque é um instrumento que relaciona os descritores/termos de forma mais consistente, apresentando uma estrutura sintética simplificada e uma complexa rede de referências cruzadas. Isto permite ao especialista localizar com mais facilidade a palavra-chave requerida para uma busca.

Outras questões importantes, apresentadas por Moreira (2005) é que os tesouros são construídos com as especificidades de uma determinada área do conhecimento que tendem atender três princípios fundamentais: a garantia literária, garantia do usuário e garantia estrutural. A garantia literária sugere que as classes utilizadas devem ser derivadas da própria literatura existente que se está representando; a garantia do usuário, parte do princípio de que os termos selecionados para um tesouro precisam estar de acordo com os utilizados pela comunidade usuária; a garantia estrutural se dá quando os termos não são nem da garantia literária, nem da garantia do usuário, mas facilitam ligações em uma hierarquia ou colaboram para que seja possível criar um conjunto mais específico de termos.

#### 7.4.3.1 Tesouro/*Thesaurus*

Segundo Motta (1987) a palavra tesouro provém do vocabulário latino "thesaurus", o qual deriva do grego "thesaurós", que foi utilizado por muitos tempo com significado de "tesouro ou armazém/ repositório de palavras". O *thesaurus* representa uma forma de organização de linguagem documentária. Segundo a definição de Ferrez (2016), autora do *Tesouro de Objetos do Patrimônio Cultural nos Museus Brasileiros*, os tesouros, na área de documentação, estão associados à forma de organização de linguagens documentárias de indexação/recuperação de um domínio específico do conhecimento.

Trata-se de um conjunto de conceitos, designados termos ou descritores, ordenados de modo claro e livre de ambiguidades, a partir do estabelecimento de relações entre eles, e que pode ser definido segundo sua função ou estrutura. Do ponto de vista de sua função, é um instrumento de controle terminológico adotado por sistemas de informação para garantir maior precisão na indexação/recuperação de informações. Quanto à sua estrutura, é uma linguagem documentária cujos termos representam um único conceito ou ideia, e se relacionam semântica e logicamente. Em resumo, cada termo corresponde apenas a um conceito e ao conceito não se atribui mais de um termo. Cada termo tem um único significado e designação. (FERREZ, 2016, p.7)

Dentre as funções das linguagens documentárias definidas por Dodebei (2002), o tesouro corresponde a função de controlar dispersões léxicas e simbólicas no processo de análise documentária, constituindo-se instrumento de análise semântica e sintática. Que contribui na eliminação de redundâncias e condensa informações, facilitando a hierarquização da informação, generalizando-a ou especificando-a, mediante a organização semântica.

Os *thesaurus* são um tipo de vocabulário controlado, que estrutura relações semânticas determinando áreas e termos e oferece níveis hierárquicos de busca de informação padronizada com base no uso de descritores. Assim, a inserção de dados em um sistema se dá de forma padronizada, da mesma forma que a recuperação dos dados é facilitada. (FABBRI et al., 2010, p.55)

Nesse viés, Medeiros et al. (2017) afirmam que os vocabulários controlados servem para melhorar o acesso ao patrimônio cultural para fins de investigação, educação ou consulta. Seja no momento da indexação da informação, pois por vezes há dificuldades em registrar os nomes de pessoas/organizações, lugares ou objetos; seja na investigação, visto que técnicos e investigadores podem usar diferentes sinônimos ou termos mais genéricos para se referirem à mesma pessoa/organização, lugar ou objeto; seja para o público em geral, que por vezes necessita de orientação no momento em que efetua a sua consulta.

Segundo Motta (1987) a construção de um tesouro tem basicamente dois aspectos:

- a. A seleção dos termos de determinado assunto, para o qual o tesouro é construído. Essa seleção ocorre por meio da análise detalhada da literatura primária, de livros, dicionários, outros tesouros, manuais, glossários, sistemas de classificação, enciclopédia, lista de cabeçalhos de assunto; consulta à especialistas no assunto; experiência individual e conhecimento dos compiladores e realimentação do usuário;
- b. O estabelecimento de relações entre termos (sinonímia, relações hierárquicas e outras), cujo objetivo é a criação da estrutura. (MOTTA, 1987, p.24).

De forma mais abrangente, o Grupo de Trabalho "Sistemas de Informação em Museus" (GT-SIM) da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD), por meio do documento Os

vocabulários controlados na organização e gestão de informação sobre patrimônio cultural: orientações práticas de autoria de Filipa Medeiros, Natália Jorge, Juliana Rodrigues Alves e Susana Medina (2017), complementam algumas orientações que precisam ser seguidas na construção de um vocabulário controlado, descritas a seguir:

- a. **Definição da abrangência do vocabulário controlado:** deve ser construído para suprir necessidades específicas de documentação de determinada instituição
- b. **Identificação dos objetivos:** os vocabulários controlados podem ser usados para fins de catalogação, facilitação da recuperação da informação ou navegação numa página de internet, por exemplo.
- c. **Identificação do público-alvo:** é importante que seja feita uma avaliação das necessidades, o fim a que se destina e a quem é destinado.
- d. **Âmbito** - nenhum vocabulário pode conter toda a terminologia. Devem ser estabelecidos limites para o vocabulário e definida a área de conhecimento abrangida.
- e. **Software:** será necessário selecionar a tecnologia que melhor se adeque ao projeto.
- f. **Manutenção do vocabulário controlado:** é necessário estabelecer políticas de manutenção do vocabulário no futuro, uma vez que a terminologia pode mudar ao longo do tempo e os vocabulários devem ser ferramentas “vivas”.
- g. **Conhecimento de vocabulários controlados existentes:** é importante uma análise para identificar o trabalho já desenvolvido, evitando duplicações e para escolher o modelo mais adequado para o projeto.
- h. **Listagem de termos candidatos:** a construção de listas facilita a análise e o agrupamento terminológico.
- i. **Formulação de regras editoriais:** devem ser criadas regras para a seleção de termos válidos, organização das relações e a redação de notas explicativas. A coleta de terminologia deve utilizar fontes reconhecidas e publicadas para servir de base à pesquisa.

Segundo Medeiros et al. (2017) o estabelecimento das relações entre os termos podem ser de três tipos: de equivalência, de hierarquia e associativas. As relações de equivalência ocorrem quando existem vários termos que podem representar o mesmo conceito. Isto acontece quando estamos perante termos sinônimos e quase sinônimos e se determina aqueles que serão usados como termos descritores ou preferenciais. Utiliza-se a abreviação **UP** (Usado Para) antes dos termos não-descritores e o **USE** (Use) antes dos termos usados como descritores (aqueles que representam os conceitos).

As relações hierárquicas baseiam-se em graus ou níveis de superioridade ou subordinação (pai/filho), nos quais o termo superior representa uma classe ou um todo e os termos subordinados elementos ou partes desse todo. A hierarquia entre os termos é a principal característica que distingue um tesouro de outra taxonomia controlada.

Já as relações associativas estabelecem-se entre pares de termos que não fazem parte da mesma cadeia hierárquica, mas que podem estar associadas. Constituem termos pertencentes a categorias diferentes, estando um deles fortemente implicado no outro. Este tipo de relações é difícil de definir e é necessário que se aplique consistentemente um padrão quando se está a criar o vocabulário, para evitar um número excessivo deste tipo de relações, que pode gerar efeitos negativos quando o tesouro é usado para a recuperação da informação.

As autoras ainda ressaltam que para a criação de vocabulários controlados é essencial à constituição de equipes multidisciplinares com profissionais em diversas áreas a depender de cada projeto. Afirmam que esse processo é demorado e trabalhoso. Pois, desde o primeiro momento será necessário definir e documentar a metodologia e as normas que serão seguidas, assim como determinar um plano de manutenção do vocabulário e estabelecer as políticas editoriais para a constituição do vocabulário no que se refere aos termos compostos, sinonímia, tipos de relações, estrutura e formato de apresentação.





## 8. METODOLOGIA

### 8.1 Tipo de pesquisa

A metodologia adotada neste trabalho é a documentação museológica, definida por Inês Cândido (2006) como um conjunto de procedimentos de pesquisa e descrição dos objetos, capaz de transformar acervos em fontes de pesquisa científica e/ou em agentes de transmissão de conhecimento, exigindo a aplicação de conceitos e técnicas próprias, além de algumas convenções, visando à padronização de conteúdos e linguagens.

Foi escolhida, pois o objetivo dessa pesquisa é criar uma ferramenta de organização temática do acervo do Museu da Vila, de forma participativa, a partir das informações coletadas no processo de Inventário Participativo do Ofício e Modos de fazer da Arte de Pesca artesanal realizado pela 3ª turma do PPGAPM com os pescadores. O foco é a sistematização dessas informações e a elaboração do Tesouro das Artes de Pesca Artesanal do Bairro Coqueiro da Praia, criando assim, um sistema de recuperação da informação, que transforma o acervo museológico em fonte de pesquisa, proporcionando a transmissão do conhecimento do patrimônio cultural marítimo do Museu da Vila.



Este trabalho traz uma abordagem da documentação museológica com perspectiva ao acervo operacional do Museu da Vila-MUV, ou seja, o patrimônio vivo (ainda em uso)- as embarcações e apetrechos de pesca da vila Coqueiro da Praia. Bárbara Rocha (2017, p.84) define acervo operacional no âmbito do MUDE como “referências patrimoniais não institucionalizadas, representativas para o grupo e/ou população do entorno do museu”. Ainda sobre esse conceito, Duarte Cândido e Caldarelli (2017) o definem como referências patrimoniais em processo dinâmico, identificados e integrados pelo museu, mas não incorporadas formalmente ao acervo institucional ou à tutela da instituição.



O tratamento do acervo operacional do Museu da Vila adotou como referência de boa prática, a metodologia de documentação e inventário do patrimônio flutuante/navegante realizado pelo Ecomuseu de Seixal, no Tejo. Que segundo Curtinhal et al. (2010) em relatos de suas atuações no processo de inventário dessas embarcações, afirmam que os barcos que formam o acervo operacional não são objetos do Museu, pois ainda estão em uso, mas são obviamente Património Flúvio-Marítimo (PFM). Os mesmos não são geridos pelo Museu, mas mesmo assim são objetos inventariados por ele.

As autoras ressaltam que por mais que esses objetos não sejam do museu, é importante estarem na base de dados dele, e afirmam “o objeto pode não acabar no Museu e continuar na posse do proprietário, mas em que nós tenhamos, pelo menos, a informação desse objeto: onde é que ele está, quem é seu proprietário, se é usado, se está guardado” (CURTINHAL et al., 2010, p. 28), dada sua importância para a história, a comunidade e o território em que o museu está inserido, por serem patrimônios culturais marítimos que representam aquela comunidade e as atividades desenvolvidas ao longo do tempo.

Foi adotada também a pesquisa social aplicada, especificamente a pesquisa-ação social qualitativa no campo da museologia, com uso de métodos da etnografia- métodos de investigação que buscam descrever as pessoas, seus costumes e cultura, através do trabalho em campo e do estudo direto com as pessoas de determinado grupo social (MURILLO; MARTINEZ-GARRIDO, 2010). Segundo Marconi e Lakatos (2001) a pesquisa social é um processo que a partir de uma metodologia científica permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social.

Entendendo que a participação direta da comunidade de pescadores é o melhor caminho para obtermos resultados positivos e promovermos de fato a salvaguarda do patrimônio cultural marítimo do Bairro Coqueiro. Nesse sentido, a documentação do patrimônio cultural vivo das artes e embarcações de pesca artesanal pretende beneficiar a comunidade, no sentido de dar acesso às informações, às ações de sensibilização para conhecimento, reconhecimento e salvaguarda desse patrimônio ancestral.

Segundo Barbier (2002) a pesquisa-ação busca compreender o comportamento humano de forma participativa, por meio de métodos e técnicas em que o pesquisador está imerso onde ocorre o objeto de estudo da pesquisa. Para Thiollent (2009) a pesquisa-ação é um tipo de

pesquisa social com base empírica, concebida em estreita associação com uma ação ou a resolução de um problema coletivo no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. Essa pesquisa se distancia da pesquisa científica acadêmica, sendo substituída pela relatividade observacional, em que a realidade não é fixa e o observador e seus instrumentos desempenham papel ativo na coleta, análise e interpretação dos dados.

Os participantes e colaboradores da pesquisa são quinze pescadores artesanais em plena atividade, proprietários de canoas e apetrechos de pescas, residentes na vila-bairro Coqueiro da Praia, escolhidos pelo critério de terem participado do processo de Inventário realizado pela 3ª turma do PPGAM em 2017. Esses homens têm a pesca como ofício e principal fonte de renda, de sobrevivência e a exercem, em sua maioria, em regime familiar.

### **8.1.1 Procedimentos Iniciais da Pesquisa: entendendo o Inventário do Ofício e Modos de Fazer das Artes de Pesca Artesanal do bairro Coqueiro da Praia-PI**

Para compreender melhor como surgiu a pesquisa deste trabalho, é de suma importância entender como ocorreu o exercício de Inventário Participativo do Ofício e Modos de fazer das Artes de Pesca Artesanal do Bairro Coqueiro da Praia, pois como aluna/pesquisadora participante desse processo, foi a partir desse exercício que se estabeleceu o contato direto com a comunidade e com os pescadores, bem como foi possível a elaboração de um conjunto de documentos e informações, que passaram a compor o acervo etnográfico do Museu da Vila.

Partimos da premissa de que esse conjunto de informações precisava ser revisado, completado e organizado, no sentido de que a realização de inventários constitui o primeiro nível da documentação museológica, sendo necessário ser complementado por registros subsequentes que possibilitem aprofundar, atualizar e disponibilizar as informações inventariadas. (CARVALHO, 2011),

Conforme Pinheiro (2017), coordenadora e professora do PPGAPM, que orientou esse exercício, o inventário realizado refere-se ao ofício e modos de fazer das artes de pesca na Comunidade Coqueiro da Praia (vila de pescadores localizada no Município de Luís Correia, Piauí, Meio



Norte do Brasil – Área de Proteção Ambiental APA Delta do Parnaíba). Foi composto por uma equipe de 15 alunos da 3ª Turma (2017–2019) do Programa, no qual cada mestrando ficou responsável por inventariar um pescador, sua embarcação (Canoa) e os artefatos de pesca que a constituem, totalizando 15 pescadores e 15 embarcações.

Como metodologia de foram utilizados métodos e técnicas de etnografia e história oral e as orientações do Manual de Aplicação (técnicas) do INRC. Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram roteiro de entrevista, fichas de inventário e caderno de anotações de pesquisa de campo. Para a elaboração e aplicação desses instrumentos foram seguidas as orientações do Manual de Aplicação do INRC. O processo deste trabalho pressupôs três etapas, a saber:

1. Levantamento preliminar: definição da área a ser inventariada; reunião e sistematização de informações secundárias disponíveis;
2. Identificação: pesquisa de campo, com o aprofundamento do conhecimento da referência cultural escolhida. Esse processo foi feito a partir da visita e diálogo com alguns pescadores da comunidade do Coqueiro já conhecidos pela equipe. Posteriormente foi feita a seleção de um pescador para cada mestrando e feitos os primeiros contatos com eles. Foram escolhidos 15 pescadores donos de embarcações. A coleta de dados que consistiu na realização de entrevistas temáticas<sup>10</sup> (ênfasis no ofício e modos de fazer da pesca) e preenchimento das fichas de inventário<sup>11</sup> (dos objetos de pesca). Para tanto também foram realizados os registros audiovisuais (fotografias, áudios e vídeos) das entrevistas e dos instrumentos de pesca identificados na pesquisa.
3. Documentação: após a coleta de dados, foram feitas as transcrições da entrevista, análise dos dados coletados e a elaboração de relatórios com a sistematização e interpretação das informações coletadas.

Toda essa documentação passou a compor o acervo do Museu da Vila. As embarcações inventariadas foram incluídas como acervo operacional, que apesar de estarem em processo dinâmico, em uso, não sendo le-

---

10 “Entrevistas temáticas são aquelas que versam prioritariamente sobre a participação do entrevistado no tema escolhido”. (ALBERT, 2004, p.37)

11 Ficha produzida pelas professoras Áurea Pinheiro e Elenilce Mourão do Programa de Pós- Graduação Mestrado Profissional em Artes, Patrimônio e Museologia da UFPI – para a especificidade do trabalho e objetos inventariados. (Notas de aula)

galmente responsabilidade do museu, foram incorporadas pelo museu, dada sua importância para a história, a comunidade e o território em que o museu está inserido, por serem patrimônios culturais marítimos que representam aquela comunidade e as atividades desenvolvidas ao longo do tempo. (CURTINHAL et al., 2010)

É importante ressaltar que a realização desse inventário já resultou em outras intervenções com a comunidade do Bairro Coqueiro da Praia - em especial com os pescadores, que tiveram seu ofício e modos de fazer registrados e salvaguardados no documentário "Povos do Delta-Pescadores" (2018)<sup>12</sup>, produzido pelo aluno do PPGAPM Fábio Estefanio Lustosa, como produto de trabalho final do mestrado, apresentado e disponibilizado no Museu da Vila e no site do Programa de Pós-Graduação em Artes, Patrimônio e Museologia: [www.museologiapiauui.com](http://www.museologiapiauui.com).

## 8.2 Local de estudo

O presente trabalho está inserido no litoral piauiense, especificamente no bairro-vila Coqueiro da Praia, localizado no município de Luís Correia, Piauí. O litoral do Piauí é constituído pelos municípios de Cajueiro da Praia, Luís Correia, Parnaíba e Ilha Grande. Representa menos de 1% da costa brasileira, com apenas 66 km de extensão. Embora relativamente pequena a área abriga alta biodiversidade aquática e um total de onze comunidades que têm na pesca artesanal, a sua principal fonte de renda. (EMBRAPA, 2003)

O município referente a pesquisa é a cidade de Luís Correia, situada ao norte do estado do Piauí, pertencente à APA - Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba. Possui 28.406 habitantes e se encontra entre os municípios de Cajueiro da Praia e Parnaíba, sendo a maior cidade do polo em extensão territorial, com 1.071 km<sup>2</sup>. (IBGE, 2017).

Possui também a maior extensão litorânea do Piauí, com aproximadamente 46 km. O município tem as principais atividades econômicas voltadas ao setor primário e de serviços, com destaque para a produção agrícola e extração da cera de carnaúba. A ampla extensão territorial do município proporciona uma grande diversidade de ambiente entre praias, dunas móveis e fixas, lagoas e uma extensa vegetação de transi-

---

12 LOPES, Fábio Estefanio Lustosa de Brito. Museologia, audiovisual e mediação cultural. Universidade Federal do Piauí-UFPI: Parnaíba, 2018.

ção. Porém, a pouca estruturação e o crescimento urbano não ordenado prejudicam tais ambientes. (BRASIL, 2010)

Figura 1 - Mapas localizando Piauí e o Município de Luís Correia.



Fonte: Adaptada pela autora (2018).

Dentre as suas comunidades encontra-se o Bairro Coqueiro, uma vila de pescadores, que tem a pesca artesanal como uma das principais fontes de renda. Nessa comunidade existe a praia do Coqueiro, a qual conta com 16 quilômetros de extensão e tem esse nome devido à significativa quantidade de coqueiros plantados à beira-mar. É marcada pela presença de casas de veraneio, sendo que diversas construções encontram-se em situação irregular à beira-mar ou em Áreas de Proteção Ambiental, apesar disso, sua orla encontra-se em bom estado de conservação com instalações de quiosques, ainda que não façam parte de um projeto de orla marítima. (BRASIL, 2010)

Atualmente, é possível identificar redução da quantidade de pescadores, principalmente os artesanais, nessa região. Devido principalmente às dificuldades enfrentadas na execução do ofício, como a diminuição da quantidade de peixes, condições perigosas e insalubres de trabalho, dependência das condições climáticas e ambientais (vento, chuva, maré), de modo que muitos pescadores acabam deixando o ofício, procurando outros meios de vida, como serventes de obras, caseiros de casas de veraneios, garçons em bares e restaurantes na orla, vendedores, entre outros.

Segundo dados do Ministério do Turismo (2010) em Luís Correia e Ilha Grande, dois dos quatro municípios do litoral piauiense existem 63 barcos motorizados e 60 à vela. Na comunidade do Coqueiro da Praia,

localizada em Luís Correia-PI (sítio inventariado neste trabalho) durante a pesquisa de campo foi identificadas quinze canoas em atividade. Em Luís Correia a produção artesanal chega a 530 toneladas de peixes por ano. Sendo que as espécies mais capturadas são: camarão rosa, camarão branco e sete barbas, bonito, serra, cavala, guaiúba, pargo, ariacó, bagres e pescada Amarela. (IMBAMA, 2003).

Ressalta-se que a atividade da pesca artesanal na localidade é fonte de pesquisas sistemáticas realizadas pelas professoras Áurea Pinheiro e Cássia Moura desde 2009, principalmente de cunho histórico e etnográfico por toda a APA Delta do Parnaíba. O presente trabalho é desenvolvido no âmbito do Museu da Vila, primeiro núcleo do Ecomuseu Delta do Parnaíba, localizado no Bairro Coqueiro da Praia, sob a gestão do PPGAPM da UFPI e da Associação de Moradores do Bairro Coqueiro (AMBC), criado com e para a comunidade na vila-bairro no dia 1º de junho de 2017. É um espaço-referência que promove um conjunto de atividades de natureza socioculturais e formativas. (PINHEIRO, 2018)

**Figura 2 – Museu da Vila, localizado no Bairro Coqueiro da Praia-PI**



Fonte: acervo do Museu da Vila, 2018.

### 8.3 Coleta de dados

O processo de coleta de dados deste trabalho iniciou no Inventário realizado pela 3ª turma do PPGAPM, em 2017, como pesquisadora integrante da equipe, a partir do contato direto com pescadores na orla da

praia e em suas residências. Após o inventário, foi dado início ao projeto de organização e sistematização de todas as informações coletadas no inventário – objeto de estudo desse trabalho – que passaram a integrar o acervo operacional do Museu da Vila. A primeira etapa foi a recolha e análise dos 15 relatórios resultantes do Inventário com a coordenação do PPGAPM e suas respectivas fichas das embarcações e os artefatos de pesca.

Por meio da análise documental foi possível extrair os principais termos identificados na documentação recolhida, criando uma lista de termos a serem utilizados na elaboração do Tesouro das Artes de Pesca Artesanal do Bairro Coqueiro da Praia, que é proposto neste trabalho.

Antes de voltar a campo para atualizar e completar as informações recolhidas, para construção do Tesouro, a coleta e conceituação/definição dos termos designadores das artes de pesca artesanal na comunidade Coqueiro foram consultados outros tesouros já existentes, legislação sobre a pesca, cartilhas, dissertações, contudo, cabe aqui destacar as principais referências bibliográficas utilizadas: o Tesouro de Objetos do Patrimônio Cultural nos Museus Brasileiros (2016), o Tesouro para acervos museológicos (1987), o Tesouro de folclore e cultura popular brasileira (2006) e o Tesouro EuroVoc (2015); a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009 que dispõe sobre Lei Geral da Pesca; a cartilha do Ministério Público Federal (2017) sobre Pesca artesanal legal; a dissertação Etnobotânica e Etnozootologia de comunidade pesqueiras da área de Proteção Ambiental (APA) do Delta do Parnaíba de Sousa (2010); dados do IBGE; Volume II da Avaliação Ambiental Estratégica do Prodetur Nacional no Estado Do Piauí, Polo Costa Do Delta e Polo das Origens do Ministério do Turismo (2010).

Após a pesquisa bibliográfica e análise documental foi iniciado a pesquisa de campo com os quinze pescadores (participantes e colaboradores dessa pesquisa). Inicialmente foi pensado em trabalhar com a sistemática de rodas de conversas, porém deixada de lado, ao identificar a dificuldade de se trabalhar com esse público com programações agendadas ou atividades mais sistemáticas. Pois esses pescadores são homens do mar, que dependem das condições ambientais e climáticas (como ventos, marés, estações do ano) para exercerem seu ofício.



A partir do processo de observação e constantes visitas no local de pesquisa, foi possível perceber que a melhor forma de realizar a pesquisa era com visitas informais, não muito programadas na orla da praia, no horário da manhã ou no fim da tarde, momento em que alguns pescadores se encontravam consertando apetrechos de pesca, realizando processos de conservação e manutenção das canoas ou em momentos de interação social com outros pescadores na pesqueira (cabana localizada na orla da praia como ponto de apoio aos pescadores na pesca artesanal).

Dessa forma, foram adotados métodos participativos, por meio de diálogos individuais e coletivos, com o objetivo de compreender melhor a arte de pesca artesanal realizada naquela localidade, bem como atualizar dados das fichas do inventário, e identificar termos e conceitos que iriam compor o Tesouro. Durante as visitas foram realizados também registros fotográficos de modo a identificar os saberes e fazeres da pesca artesanal, bem como os instrumentos e equipamentos utilizados. O principal local da pesquisa foi na orla da praia, próximo à pesqueira. Esse processo foi realizado também, em alguns momentos, com a participação colaborativa de mulheres da comunidade (especialmente esposas de alguns pescadores), três alunas do PPGAPM e um museólogo, ex-aluno do PPGAPM. No total foram feitas 10 visitas no período de um mês. Ao longo desse processo o principal instrumento de coleta de dados foi o caderno de campo, com anotações e impressões registradas durante e após as visitas.

**Figura 3 – Processo de registro das fichas das embarcações no bairro Coqueiro, Luís Correia-PI**



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora Gabriela Paiva, 2018.

**Figura 4 – Recolha de informações com participação dos pescadores, comunidade e alunas do PPGAPM**



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora Gabriela Paiva, 2018.

Concluído o processo de pesquisa de campo, foram iniciados os procedimentos de sistematização, organização e padronização das informações coletadas, para elaboração do Tesouro. Como ferramenta de auxílio para compilação dos termos inseridos no Tesouro, foi utilizado o programa XMind que permite a criação de mapas conceituais utilizados para gestão de ideias; e posteriormente foi feita a inserção das fichas de objetos referentes às embarcações e apetrechos de pesca em uma base de dados, utilizando o software Tainacan.

### 8.3.1 Instrumentos de coleta de dados

Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram: a documentação gerada a partir do exercício de Inventário Participativo do Ofício e Modos de Fazer da Pesca Artesanal realizado pela 3ª turma do PPGAPM, composta por relatórios, fichas de objetos (especificamente das embarcações e apetrechos de pesca), formulários de entrevistas, registros fotográficos e audiovisuais; conversas individuais e coletivas com os pescadores (“detentores” do conhecimento a cerca do Arte de Pesca no bairro Coqueiro) e caderno de anotações de pesquisa de campo. Como fontes secundárias, foram pesquisados documentos oficiais sobre a prática da pesca, legislação, manuais, cartilhas, sites, associações de

pescadores e bibliografias especializadas do tema, principalmente para construção do tesouro. A seguir são descritas cada instrumento:

### ✓ **Documentação do Inventário**

O inventário do Ofício e Modos de fazer da Arte de Pesca Artesanal do Coqueiro realizado pelo PPGAPM gerou um conjunto de documentação, compostas por fichas adaptadas do INRC (referente ao território, categorias, fontes pesquisadas, roteiro de entrevista), 15 relatório, formulários e transcrições de entrevistas, registros audiovisuais, que foram analisadas para coleta de dados desse trabalho.

### ✓ **Fichas de Registro dos Objetos (Embarcações e Apetrechos de Pesca):**

As fichas de registro utilizadas neste trabalho foram as mesmas fichas específicas, criadas para o inventário das embarcações e seus artefatos ainda em uso, a navegar no Coqueiro, Luís Correia-PI. Vale ressaltar que o fato de que as embarcações ainda estão em uso, foi o principal fator de dificuldade no processo de pesquisa de campo e recolha das informações, pois dependíamos das condições de maré para ter acesso à canoa e disponibilidade dos pescadores, quando não estavam em alto mar realizando a pesca.

O modelo utilizado foi Ficha de Objetos, adaptadas a partir do Manual INRC, elaboradas sob orientação das professoras Áurea Pinheiro, Cássia Moura e Elenilce Mourão, representada a seguir:

**Tabela 1 – Modelo de ficha de objetos do acervo operacional do Museu da Vila**

<b>Ficha dos Objetos ACERVO OPERACIONAL   MUSEU DA VILA   ECOMUSEU DELTA DO PARNAÍBA</b>
<b>Nº DE REGISTRO DA PEÇA NO INVENTÁRIO:</b>
Data do Registro:
Responsável Pelo Registro:
Proprietário do Objeto e Contato:
Autor   Construtor do Objeto:
Localização:
Denominação do Objeto (inclui também denominação usual):

Continuação - Tabela 1

<b>Ficha dos Objetos</b> <b>ACERVO OPERACIONAL   MUSEU DA VILA   ECOMUSEU DELTA DO</b> <b>PARNAÍBA</b>
Datação do Objeto (Idade do Objeto):
Dimensões (Altura, Largura, Profundidade, Diâmetro):
Peso:
Imagens do Objeto (Frente, Verso, Lateral Direita, Lateral Esquerda, Vista Superior e Vista Inferior)
Histórico Do Objeto
Descrição Detalhada do Objeto
Atividades Relacionadas ao Objeto
Origem (Onde Foi Fabricado O Objeto)
Proveniência (Último Endereço)
Técnica (Como foi confeccionado o Objeto – Artesanal ou Industrial).
Material (Substrato do qual foi feito)
Estado De Conservação (Bom, Regular, Ruim)
Descrição da Conservação / Manutenção
Avaliação e Recomendações

Com este modelo de ficha buscamos registrar o máximo de informações de descrição do objeto, que vão além de suas características físicas, pois segundo Curtinhal et al. (2010) essas informações precisam contar a história de cada objeto (material, funções, circunstâncias que foi construído), onde estão inseridos, seus contextos e história das pessoas. Carvalho (2011) ainda ressalta que para o museu incorporar o patrimônio cultural em suas atividades é necessário se redefinir, rever metodologias, procedimentos técnicos, ultrapassando a tradição museística, enraizada na cultura material, na qual muitas coleções se apresentam desprovidas de informação para além de suas características físicas.

Tendo em vista a importância da padronização de metadados e preenchimento das fichas para documentar o acervo operacional do MUV, utilizou como referência o trabalho de documentação já desenvolvido no âmbito do MUDE- Ecomuseu Delta do Parnaíba, da aluna Bárbara Rocha (2017). Visando a continuidade ao que já foi construído, porém com enfoque diferente, pois seu trabalho tratou de um acervo institucional, de cunho zoológico, que compõe o Museu Tartarugas do Delta, e neste trabalho foram propostas estratégias de documentação para um acervo operacional das Artes de Pesca Artesanal que compõe o Museu da Vila.

### ✓ **Diálogos (individuais e coletivos) e caderno de campo**

A maioria desses diálogos se estabeleceu em conversas informais na orla da praia (próximo à pesqueira), mas algumas também foram feitas na residência dos pescadores. Os instrumentos utilizados para coleta de dados durante essa atividade era caderno de anotação de pesquisa de campo e as fichas de objetos. As informações eram anotadas e sistematizadas posteriormente, assim como as observações e impressões obtidas nessas vivências. Grande parte das anotações realizadas durante o processo de coleta de dados foi sobre o modo de fazer da arte de pesca (principais atividades e funções), as especificações das embarcações (partes, materiais, nomes, funções, atividades de conservação) e seus apetrechos. Esse conjunto de notas subsidiou a definição de categorias para comporem o Tesouro.

## 9. RESULTADOS

Com o objetivo de criar uma ferramenta de organização temática do acervo do Museu da Vila, com recorte na arte de pesca e promover a salvaguarda do patrimônio cultural marítimo identificado no inventário das Artes de Pesca Artesanal no Bairro Coqueiro, inserido na Área de Proteção ambiental Delta do Parnaíba, este trabalho tem como resultados a elaboração do Tesouro das Artes de Pesca Artesanal do Bairro Coqueiro, o qual cria uma classificação do acervo da arte de pesca do Museu da Vila, e a inserção das fichas das embarcações marítimas e apetrechos de pesca no software livre Tainacan como forma de divulgação e salvaguarda das informações recolhidas no inventário das Artes de Pesca.

### 9.1 Tesouro do acervo de Arte de Pesca Artesanal do Museu da Vila

Ao considerarmos a orientação de Medeiros et al. (2017), que afirmam que, para a elaboração de Tesouros, recomenda-se o uso de vocabulários controlados já existente e criados em conformidade com as normas nacionais e internacionais; caso necessite, as instituições poderão criar os seus próprios vocabulários controlados ou adaptar já existentes às suas necessidades específicas.

A elaboração do Tesouro das Artes de Pesca Artesanal, realizada neste trabalho adotou como referências: o "Tesouro de Objetos do Patrimô-



nio Cultural nos Museus Brasileiros” de Ferrez (2016) e “Os vocabulários controlados na organização e gestão de informação sobre patrimônio cultural: orientações práticas” de Filipa Medeiros et al. (2017), elaborado pelo Grupo de Trabalho “Sistemas de Informação em Museus” (GT-SIM) da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD).

O ponto de partida foi extrair os principais termos contidos nos 15 relatórios de inventário do PPGAPM, juntamente com as transcrições das entrevistas com os pescadores e fichas dos objetos registrados. Posteriormente foi criada uma lista com os principais termos identificados. Para a organização dos termos e definições de categorias, além da pesquisa bibliográfica sobre o tema, houve a participação dos pescadores artesanais do Coqueiro, os “detentores” do saber-fazer desse ofício, uma bibliotecária; uma mestra em Museologia pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Patrimônio e Museologia pela UFPI, especialista em conservação e restauro; uma bióloga, mestre em Engenharia de Pesca e Aquicultura pela Universidade Rural de Pernambuco.

O Tesouro elaborado encontra-se no Apêndice 1 deste trabalho. O processo de construção se constituiu nas seguintes etapas, baseadas nas orientações prática do Grupo de Trabalho “Sistemas de Informação em Museus” da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (2017), descritas a seguir:

### **> Definição da abrangência do tesouro e âmbito**

O tesouro deste trabalho tem como campo temático o acervo operacional do Núcleo Museu da Vila, inserido no âmbito do Ecomuseu Delta do Parnaíba, com recorte no nas artes e embarcações de pesca artesanal do Bairro Coqueiro, localizado no município de Luís Correia-PI, integrante à Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba.

O campo definido se refere à prática da pesca marítima artesanal praticada nessa localidade, incluindo os equipamentos e acessórios associados a ela, bem como as Instituições, espécies marinhas associadas à APA Delta do Parnaíba, atividades de conservação e manutenção das embarcações.

O campo definido está delimitado às informações identificadas na documentação do Inventário do Programa de Pós-Graduação em Artes Patrimônio e Museologia sobre na Arte de Pesca Artesanal desenvolvida no bairro Coqueiro, Luís Correia-PI, porém, futuramente, poderá ser incluída toda a Área de Proteção Ambiental (APA) Delta do Parnaíba.

### > **Identificação dos objetivos**

- a. Construir uma ferramenta para tratamento da informação documental que atenda aos propósitos de classificação do acervo operacional do Ecomuseu Delta do Parnaíba inventariado no Museu da Vila, referente às Artes de Pesca Artesanal da comunidade do Coqueiro, e de padronização terminológica de seus objetos. Tendo em vista que ambos os processos são fundamentais para a indexação e recuperação da informação nos diferentes serviços e produtos desenvolvidos pelos museus (exposições, atividades educativas, pesquisas, documentação) e para facilitar a comunicação do acervo;
- b. Proporcionar aos profissionais que atuam no âmbito do Projeto Ecomuseu Delta do Parnaíba, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Artes Patrimônio e Museologia, a comunidade local e os usuários em geral, uma classificação dos objetos/documentos existentes em seus acervos (inicialmente com recorte nas artes de pesca da comunidade Coqueiro), a definição de cada um deles para auxiliar na sua correta identificação e, finalmente, uma terminologia padrão para nomeá-los.

### > **Identificação do público-alvo**

O público-alvo deste tesouro são os usuários do Ecomuseu Delta do Parnaíba, a comunidade local, pesquisadores, investigadores do campo de estudo, alunos do mestrado PPGAPM, gestores do patrimônio, e público em geral que tenha interesse no tema.

### > **Estrutura de dados**

A organização dos termos se deu à semelhança do Tesouro de Objetos do Patrimônio Cultural nos Museus Brasileiros e Tesouro de Folclore e Cultura popular brasileira. De modo que o Tesouro das Artes de Pesca do Coqueiro-PI está estruturado em: parte sistemática e parte alfabética. Na parte sistemática os termos estão classificados de forma hierárquica por meio de categorias e classes, estabelecidos no plano geral de classificação, formando um mapa conceitual referente às Artes de Pesca Artesanal realizada na comunidade do Coqueiro.

As relações de gênero/ espécie dos termos preferidos encontram-se evidenciadas em categorias e subcategorias precedidas de numeração e os demais termos estão precedidos de um e dois asteriscos, conforme a hierarquia a qual pertence. Acrescentou-se também as relações associativas, em uma mesma categoria, entre colchetes, termos não conceituados, para servirem de guia aos usuários do Tesouro.

Exemplo:

### 3. PESCA ARTESANAL TRADICIONAL – Categoria (CAT)

#### 3.1 Utensílios e Equipamentos de Pesca – Subcategoria

\* Rede de Pesca – Termo/ Descritor geral

[Rede de Pesca: Segundo Mecanismo]

\*\* Tarrafa – Termo/ Descritor específico

\*\* Rede de espera – Termo/ Descritor específico

Na parte alfabética: parte do Tesauro em que os termos, independente de classificação, estão ordenados em ordem alfabética com suas respectivas notas e relações. Trata-se de um tesauro monolíngue, na língua portuguesa, composto de 224 termos, dos quais 178 são preferidos e 46 não preferidos. Para melhor controle dos termos adotados, utilizou-se o programa XMind (ferramenta de criação de mapas mentais) apresentados na Figura . Estabeleceu-se como padronização para os termos o uso da forma singular. A apresentação tipográfica das categorias é em caixa alta e a das subcategorias em caixa alta e baixa. Evitou-se a utilização de termos em outras línguas, com exceção daqueles que são estabelecidos como padrão na própria língua portuguesa no Brasil.

Tabela 2 – Categorias do Tesauro das Artes de Pesca Artesanal do Coqueiro da Praia

CATEGORIAS	Quantidade de termos
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DELTA DO PARNAÍBA – APA	35
PESCA MARÍTIMA / PESCA ARTESANAL TRADICIONAL	78
EMBARCAÇÕES E ACESSÓRIOS	111
TOTAL	224

Figura 5- Mapa Mental do Tesouro criado no programa XMind



### > **Manutenção do vocabulário controlado**

O Tesouro será atualizado anualmente, podendo ser feito como exercício para as próximas turmas do Programa de Pós-Graduação em Artes Patrimônio e Museologia da UFPI, no qual o projeto está vinculado. Entendendo que os vocabulários precisam ser ferramentas “vivas”, em constante mudança.

### > **Conhecimento de vocabulários controlados existentes**

Os principais tesouros existentes no Brasil, no campo da museologia e do patrimônio cultural, que este trabalho utilizou como referências foram: o Tesouro de Objetos do Patrimônio Cultural nos Museus Brasileiros e o Tesouro de Folclore e Cultura popular Brasileira.

### > **Listagem de termos candidatos**

A construção da lista dos termos candidatos foi construída a partir da análise sistemática dos relatórios, fichas e transcrições de entrevistas do inventário do PPGAPM, bem como rodas de conversas e diálogos com os pescadores, detentores do saber das artes de pesca artesanal. Dentre os termos candidatos foram escolhidos 178 termos.

### > **Formulação de regras editoriais**

Foram estabelecidas regras para seleção de termos válidos e seu posicionamento nas relações hierárquicas, bem como regras editoriais de inclusão de notas explicativas.

- **Recolha de terminologia/ Seleção dos termos /Fontes:** o Tesouro das Artes de Pesca do Bairro Coqueiro está organizado de categorias, classes e subclasses que foram definidas pela pesquisadora, juntamente com os “detentores” do saber-fazer

das artes de pesca na comunidade do coqueiro, a principal fonte de informações deste trabalho, e um profissional especializado em Engenharia de Pesca da UFPI. Como fontes secundárias, foram pesquisados documentos oficiais sobre a prática da pesca, legislação, manuais, cartilhas, sites, associações de pescadores e bibliografia sobre o tema.

- **Relações hierárquicas** - O Tesouro é apresentado na forma alfabética e sistemática com suas respectivas relações. Serão utilizados três tipos de relacionamentos: **equivalência**, **hierárquico** e **associativo**, descritos a seguir:
  - **Equivalência** - nesse relacionamento quando A e B são equivalentes, sinônimos ou quase sinônimos, um desses termos deve ser escolhido como descritor. O outro termo fará parte do tesouro como não descritor através da orientação **USE**. Trata de um relacionamento simétrico com o correspondente inverso **USADO PARA (UP)**.
  - **Hierárquico** - quando um termo pode ter diversos termos subordinados a ele. Organizam as relações de superordenação e subordinação dos termos, expressas pela abreviatura **TG (termo genérico ou geral)** e **TE (termo específico)**.
  - **Associativo** - se A está relacionado a B por uma associação qualquer, B também está relacionado a A pela mesma associação. Expressa pela abreviatura **TA (termo associativo)** entre termos relacionados, indicando proximidade de significado.

### 9.1.1 Sistema de Classificação do acervo Operacional do MUV a partir do Tesouro

Segundo o Instituto Português de Museus (2000), a criação de um sistema de classificação de uma coleção constitui-se em estabelecer categorias que abrangem conceitos gerais, e que exprime a relação que se pode estabelecer entre os diversos conjuntos de objetos. O objetivo desta classificação é alcançar um nível mais apurado de sistematização dos agrupamentos das peças, de modo a viabilizar uma melhor gestão e acessibilidade à informação do inventário dessas coleções.



Este trabalho teve como objeto de pesquisa e documentação o acervo etnográfico e operacional do Museu da Vila, localizado no Bairro Coqueiro da Praia, em Luís Correia-PI, um dos núcleos do Projeto Ecomuseu Delta do Parnaíba. É importante ressaltar que tratar esse tipo de coleção, de cunho etnográfico, significa trabalhar com objetos constituídos pelas marcas de uso de pessoas, de uma comunidade.

Esse fator é um dos traços que permite distinguir esse tipo de objeto de outras peças nomeadamente da Arte, "artesanato", visto que um dos critérios principais para definir a categorias de um objeto etnográfico é a sua funcionalidade, o fim em que foi concebido; já a classificação dos objetos tidos como artísticos, que não são elaborados com intenção de funcionalidade, são comumente categorizados pelos critérios de técnica (pintura, gravura, escultura, etc.) ou a partir da matéria-prima que se constitui (metal, madeira, etc.). (INSTITUTO PORTUGUÊS DE MUSEUS, 2000).

Porém, a elaboração de um sistema de classificação de coleções etnográficas adotando um único critério torna-se difícil, sendo, por vezes, necessário recorrer também a outros critérios, como o da técnica. Com base nesses conceitos, a classificação adotada para coleção das Artes de Pesca Artesanal do Museu da Vila, utilizou como principal critério a função do objeto, porém em alguns casos foi preciso utilizar a relação todo/parte, técnicas e materiais.

Durante a pesquisa de campo foi possível identificar que a principal embarcação marítima utilizada pelos pescadores artesanais do Coqueiro é a canoa. De modo que as categorias estabelecidas estão associadas a esse tipo de embarcação. Os instrumentos de pesca utilizados por eles são em sua maioria artesanais, produzidos e reparados por eles mesmos. Mas também utilizam materiais industriais com mais tecnologia, comprado em lojas de materiais de pesca na cidade de Parnaíba-PI, como o lampião de LED, linha de nylon, âncora de metal e balança eletrônica. Há uma grande diversidade de materiais utilizados, no total identificamos 27 itens.

As categorias e subcategorias definidas para a coleção das Artes de Pesca Artesanal estão apresentadas no plano geral de classificação, e são utilizadas na catalogação das fichas dos objetos do inventário no sistema Tainacan:

## a. Plano Geral de Classificação

## CATEGORIAS/SUBCATEGORIAS:

1. PESCA ARTESANAL TRADICIONAL
1.1 Utensílios e Equipamentos de Pesca
1.1.1 Armadilhas de pesca
1.1.2 Utensílios associados à pesca artesanal
1.1.3 Utensílios associados à alimentação
2. EMBARCAÇÕES E ACESSÓRIOS
2.1 Embarcação marítima (Canoa)
2.1.1 Acessórios de embarcação (Canoa)
2.1.2 Materiais utilizados para construção da canoa
2.1.3 Técnicas e materiais de manutenção e conservação

Exemplos:

Tabela 3- Exemplos de objetos /função e categorias no Tesauro

OBJETOS / FUNÇÃO	CATEGORIAS
<b>Tarrafa</b> (rede de pesca em formato circular de malha fina)	1.1.1 Armadilha de pesca
<b>Caçoiera</b> (rede de espera artesanal)	1.1.1 Armadilha de pesca
<b>Agulha</b> (elemento associado à construção de rede de pesca)	1.1 Utensílios e Equipamentos de Pesca
<b>Dedeira</b> (objeto utilizado para proteger o dedo durante o manuseio com a linha nylon na pescaria de anzol)	1.1 Utensílios e Equipamentos de Pesca
<b>Arpão</b> (Instrumento para captura de peixe)	1.1.1 Armadilha de pesca
<b>Caixa térmica de isopor</b> (conservar o pescado durante a pesca)	1.1.2 Utensílios Associados à Pesca Artesanal
<b>Lâmpião Elétrico</b> (utensílio de segurança para sinalizar a canoa)	1.1.2 Utensílios Associados à Pesca Artesanal
<b>Rádio</b> (objeto utilizado para os pescadores se manterem informados durante a pesca)	1.1.2 Utensílios Associados à Pesca Artesanal
<b>Balança digital comercial</b> (objeto utilizado para comercialização do pescado)	1.1.2 Utensílios Associados à Pesca Artesanal
<b>Panela</b>	1.1.3 Utensílios Associados à Alimentação

Continuação - Tabela 3

OBJETOS / FUNÇÃO	CATEGORIAS
<b>Fogareiro</b> (pequeno fogão a carvão para os pescadores cozinharem durante a pesca)	1.1.3 Utensílios Associados à Alimentação
<b>Galão de Água</b> (armazenar água potável)	1.1.3 Utensílios Associados à Alimentação
<b>Canoa</b>  (Quanto ao sistema de propulsão):  - Canoa a motor; a vela; a remo.	2.1 Embarcação Marítima
<b>Âncora</b> (chamada também de ferro pelos pescadores)	2.1.1 Acessórios de embarcação (Canoa)
<b>Fateixa</b> (âncora artesanal feita de madeira e pedra)	2.1.1 Acessórios de embarcação (Canoa)
<b>Bandeiras sinalizadoras</b> (conhecidas também como balizas)	2.1.1 Acessórios de embarcação (Canoa)
<b>Vela de embarcação</b> (Gera força de propulsão para movimentar a canoa)	2.1.1 Acessórios de embarcação (Canoa)
<b>Tranca da vela</b> (Controla a tração da vela)	2.1.1 Acessórios de embarcação (Canoa)
<b>Mastro de embarcação</b> (Sustenta a vela da embarcação)	2.1.1 Acessórios de embarcação (Canoa)
<b>Leme</b> (Controla a direção da canoa)	2.1.1 Acessórios de embarcação (Canoa)
<b>Cana de leme</b> (Controla o movimento do leme)	2.1.1 Acessórios de embarcação (Canoa)
<b>Remo</b> (Impulsiona a canoa, por meio da força braçal)	2.1.1 Acessórios de embarcação (Canoa)
<b>“Esgotator”</b> ou bomba de água (objeto utilizado para retirar excesso de água da canoa)	2.1.1 Acessórios de embarcação (Canoa)
<b>Pregos galvanizados</b> (pregos com alta resistência à ferrugem)	2.1.2 Materiais utilizados na construção de embarcações (canoa)
<b>Madeira de Louro</b> (espécie de madeira utilizada para construção do casco da canoa)	2.1.2 Materiais utilizados na construção de embarcações (canoa)
<b>Resina Epóxi</b> (utilizada para calafetar o casco da canoa)	2.1.3 Técnicas e materiais de manutenção e conservação da canoa
<b>Nautcola</b> (cola específica para calafetar embarcação)	2.1.2 Materiais utilizados na construção de embarcações (canoa)
<b>Bucha de rede</b> (bucha artesanal feita com restos de rede para limpar o casco)	2.1.2 Materiais utilizados na construção de embarcações (canoa)
<b>Facão</b> (utensílio utilizado para retirada de pragas da embarcação, como o gusano ou busano)	2.1.2 Materiais utilizados na construção de embarcações (canoa)



### 9.1.1.1 Número Registro

Segundo Melo (2017) a numeração é um dos elementos básicos de todo o sistema de classificação e controle de um objeto, pois é através do número de registro que ele pode ser rapidamente recuperado e relacionado com sua documentação, obtendo informações mais completas sobre o objeto. É importante utilizá-la sequencialmente, de modo que haja não apenas uma ordenação de fácil acesso, mas também o controle quantitativo do acervo.

De acordo com o Instituto Português de Museus, em seu documento Normas de Inventário Alfaia Agrícola Etnologia (2000), no âmbito da disciplina e das práticas museológicas, coexistem, atualmente, diversas tendências no que diz respeito à lógica de atribuição do número de inventário. É comumente utilizado o número de inventário único e sequencial antecedido da sigla do museu, ou elaborado um número de inventário composto por três conjuntos de algarismos, que identificam respectivamente o ano da incorporação, o número da coleção a que pertence e o número de ordem da peça dentro desta.

Para Moro (1986) o tipo de numeração modernamente usado nos museus é o binário sequencial, por ser mais simples, seguro e funcional. Ela afirma que, com esse sistema sequencial é fácil o controle do número de peças ou bem cultural existentes no museu, bastando tomar-se ciência do número total de peças registradas. Porém é importante ressaltar que a escolha do código precisa se adequar para atender da melhor forma as necessidades do museu. Segundo Padilha (2014) a escolha do tipo de código a ser utilizado para registro da coleção é de suma importância para organização e fácil recuperação, devendo ser feita junto à equipe do museu, a fim de estudar qual sistema melhor atende ao seu acervo.

A partir desse pressuposto o número de registro adotado neste trabalho utilizará como base o sistema adotado no trabalho de Documentação do Ecomuseu Delta do Parnaíba, realizado por Rocha (2017, p.95). O sistema em questão é alfanumérico tripartido, o qual identifica o número de registro do objeto na coleção, a coleção a que pertence, ano de registro e núcleo museológico pertencente. O uso do sistema alfanumérico também se justifica pelo fato de que o Ecomuseu Delta do Parnaíba perpassa pelo conceito de rede de museus poli nucleares, sendo essencial a identificação de qual núcleo museológico pertence, de modo que será utilizado o número tripartido, antecedido da sigla do museu.



Para documentação neste trabalho, foram necessárias algumas alterações no sistema proposto, tendo em vista que este trabalho se refere ao tratamento e registro do acervo operacional do museu, ou seja, “referências patrimoniais não institucionalizadas, representativas para o grupo e/ou população do entorno do museu” (Rocha, 2017, p.84), exigindo técnicas diferenciadas para seu registro. Para identificação desse acervo, será adotada a sigla AO (acervo operacional) no registro.

Compreenderá no uso de quatro algarismos relativos ao ano em que o objeto foi inventariado, seguido de um elemento de separação, e então a numeração comum sequencial, composta por três dígitos. Será introduzida a sigla do núcleo do Ecomuseu Delta do Parnaíba a que a coleção pertence, juntamente com a sigla AO (acervo operacional), antes da sequência de números. Segue exemplo do sistema de registro:

NS/AO- 0000.00.000

NS= sigla do Núcleo Sede;

AO= Acervo Operacional

NS/AO- 0000.00.000 -ano de incorporação ao acervo

NS/AO- 0000.00.000 -número da coleção

NS/AO- 0000.00.000 - número do objeto

Exemplo:

MUV/AO- 2018.01.001 – MUV/AO- refere-se a um objeto inventariado pelo Núcleo Museu da Vila- MUV, pertencente ao Ecomuseu Delta do Parnaíba, e refere-se a um Acervo Operacional- AO.

MUV/AO- 2018.01.001 – foi incluído no ano de 2018

MUV/AO- 2018.01.001 – Coleção Artes de Pesca Artesanal, primeira coleção do acervo operacional do MUV

MUV/AO- 2018.01.001 – primeiro objeto registrado na coleção

O conceito utilizado para esse tipo de registro, o qual se refere à gestão de um acervo operacional, será o de patrimonialização, o mesmo adotado pelo Ecomuseu de Seixal (EMS) para registro do patrimônio marítimo inventariado no estuário do Tejo. As embarcações e seus artefatos de pesca inventariados no Bairro Coqueiro terão suas informa-

ções incluídas na base de dados Tainacan e receberão um número de registro, porém não serão institucionalizados pelo museu por estarem sob a tutela de seus proprietários e em uso. Serão realizadas todas as funções museológicas, porém, não será incluída no Livro de Tombo, por não estar institucionalizado.

De acordo com Filipe (2007), uma das profissionais do EMS que atua área do patrimônio marítimo, esse conceito refere-se ao processo de reconhecimento e de apropriação de bens culturais por uma comunidade, cuja relação com esses bens, de carácter cognitivo e de carácter afetivo, desenvolve a necessidade de criação e/ou de aplicação de recursos e de meios específicos de gestão – registro, documentação, conservação, interpretação, difusão e valorização ou reutilização.

A autora afirma que a patrimonialização faz parte do processo de musealização e opera ou visa acionar – in situ, ex situ ou por via de documentação – algum método e técnicas de preservação de um bem natural ou cultural ou a salvaguarda de uma realidade material ou imaterial. Processo de reconhecimento de valores e de apropriação de bens culturais, conduzindo ou induzindo a aplicação de métodos de gestão de patrimônio ou de funções museológicas.

## 9.2 Organização das fichas no software Tainacan

Para a criação da base de dados e organização das informações recolhidas no inventário escolhemos para este trabalho a plataforma digital Tainacan, tendo em vista a parceria existente entre o PPGAPM da Universidade Federal do Piauí e a Universidade Federal do Goiás, através do seu Laboratório de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Mídias Interativas (MediaLab), desde 2017.

O sistema em questão é um software-livre para gestão de acervos culturais digitalizados. Segundo Martins, et al. (2017) trata-se de uma ferramenta inovadora, simples, mas potente, que consegue responder a grande parte dos requisitos técnicos apresentados por uma política de acervos, sob a perspectiva da cultura digital brasileira.

Para obter competências e técnicas de utilização dessa ferramenta, no mês de Abril de 2018, foi promovida a participação de uma representante do PPGAPM, a pesquisadora deste trabalho, em um treinamento com a equipe do Tainacan no MediaLab, na Universidade Federal do Goiás.

Durante o treinamento foi possível conhecer todas as funcionalidade desse sistema, fazer simulações de registros, processo de instalação e operação. O Laboratório também concedeu uma conta de acesso para uso neste trabalho e gestão do acervo museológico do Ecomuseu Delta do Parnaíba, com acesso ao seguinte link: <https://dev.medialab.ufg.br/ecomuseumude/colecao/>

**Figura 6 - Equipe de Treinamento do Tainacan/ MediaLab e mestrandas Gabriela Freitas do PPGAPM**



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora Gabriela Paiva, 2018.

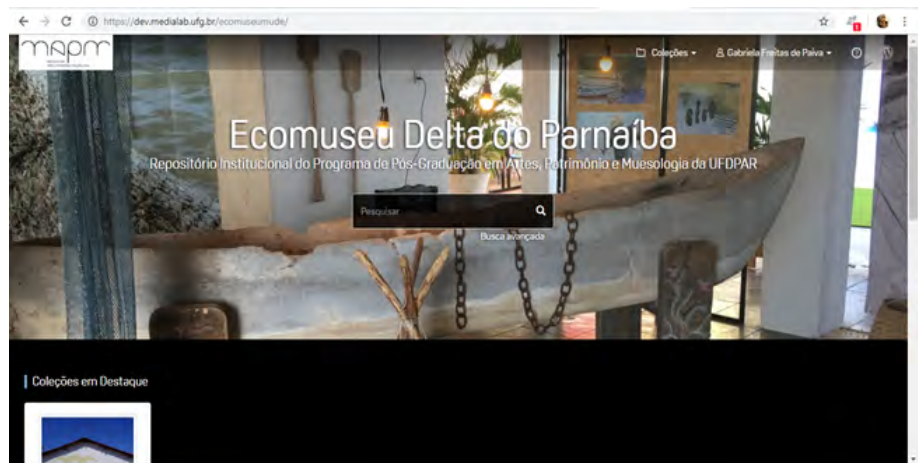
Após esse treinamento a proposta inicial era instalar o software no servidor da Universidade Federal do Piauí-UFPI, visando o uso sistemático pelo PPGAPM, porém, devido a problemas técnicos e institucionais não foi possível essa instalação durante a realização dessa pesquisa. A solução encontrada para atender a proposta de organização do acervo do MUV, com recorte na arte de pesca, foi utilizar o link já disponibilizado pelo MediaLab durante o treinamento, de modo que a versão apresentada nessa pesquisa é a primeira versão do Tainacan, que já foi descontinuada, referente ao ano de 2018. É importante ressaltar que futuramente propõe-se que esses dados sejam exportados para uma instalação do próprio PPGAPM.

A plataforma digital Tainacan foi utilizada como repositório institucional, com base na definição de Martins et al. (2017) que define repositórios institucionais como coleções que registram e preservam a produção

intelectual de uma instituição ou comunidade; podendo ser utilizada também como um conjunto de serviços para gerenciar e disseminar objetos digitais depositados por uma instituição ou comunidade.

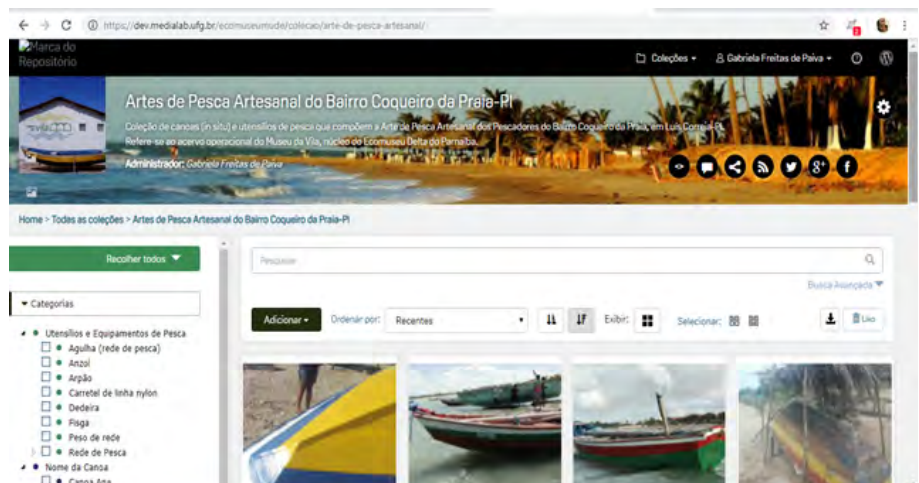
Para alterar configurações e inserir registros é necessário cadastro de usuário e senha de acesso. A inserção dos dados está sendo feita por meio de uma conta de administrador, criada para a mestrandia, com formação inicial em biblioteconomia, responsável pela execução desse projeto. Para quem não possui cadastro na plataforma é possível navegar normalmente, e conhecer todo o acervo já catalogado.

Figura 7 – Página inicial da coleção do acervo operacional do Museu da Vila



Fonte: link <https://dev.medialab.ufg.br/ecomuseumude>, 2019.

Figura 8 – Coleção Artes de Pesca Artesanal do Bairro Coqueiro da Praia



Fonte: <https://dev.medialab.ufg.br/ecomuseumude>, 2019.

Por ser uma plataforma de fácil uso, customizável em que possui como característica o uso de Metadados e Filtros que podem ser configurados, conforme a necessidade de cada instituição cultural, para descrever os itens das coleções e navegação (MEDIALAB, 2018), foi possível inserir os metadados previamente estabelecidos na Ficha Registro do Acervo Operacional | Ecomuseu Delta Do Parnaíba apresentado na Figura 5 neste trabalho, e foram acrescentados alguns recursos de participação dos usuários, como a ferramenta de votação e o compartilhamento nas redes sociais, função que a plataforma oferece.

Os metadados utilizados para descrição dos objetos da coleção das Artes de Pesca do Bairro Coqueiro foram adaptados a partir dos elementos de descrição estabelecidos pela Resolução Normativa nº 02, de 29 de Agosto de 2014 do IBRAM, sobre o acervo museológico que devem ser declarados no Inventário Nacional de Bens Culturais Musealizados- INBCM. Os elementos de descrição do bem cultural de caráter museológico apresentados no INBCM são:

- a. **número de registro:** registro individual de identificação e controle do objeto dentro do museu;
- b. **outros números:** informação facultativa de registros anteriores;
- c. **situação:** situação que se encontra o objeto dentro do acervo do museu;
- d. **denominação:** nome que identifica o objeto;
- e. **título:** denominação dada ao objeto atribuída pelo autor, curador ou profissional da documentação;
- f. **autor:** nome do autor do objeto (individual ou coletivo)
- g. **classificação:** classificação do objeto segundo o “Thesaurus para Acervos Museológicos” ou outros vocabulários controlados;
- h. **resumo descritivo:** descrição textual do objeto, apresentando as características que o identificam inequivocamente e sua função original;
- i. **imensões:** dimensões físicas do objeto, considerando inclusive as dimensões bidimensionais (altura x largura), tridimensionais (altura x largura x profundidade), circulares e peso;
- j. **material/técnica:** informação dos materiais do suporte que compõem o objeto e técnica empregada na sua manufatura;
- k. **estado de conservação:** estado de conservação que se encontra o objeto na data da inserção das informações;
- l. **local de produção:** indicação geográfica do local onde o objeto foi confeccionado;



- m. **data de produção:** data ou período de confecção/ produção/ manufatura do objeto;
- n. **condições de reprodução:** indicação se há restrição de reprodução/ divulgação da imagem do objeto nos meios ou ferramentas de divulgação;
- o. **mídias relacionadas:** inserção arquivos de imagens, sons, vídeos e/ou textuais relacionados ao objeto;

Com base nos metadados apresentados e conforme as condições do acervo operacional referente à pesca artesanal do Museu da Vila-MUV, os metadados utilizados para descrição na plataforma Tainacan foram:

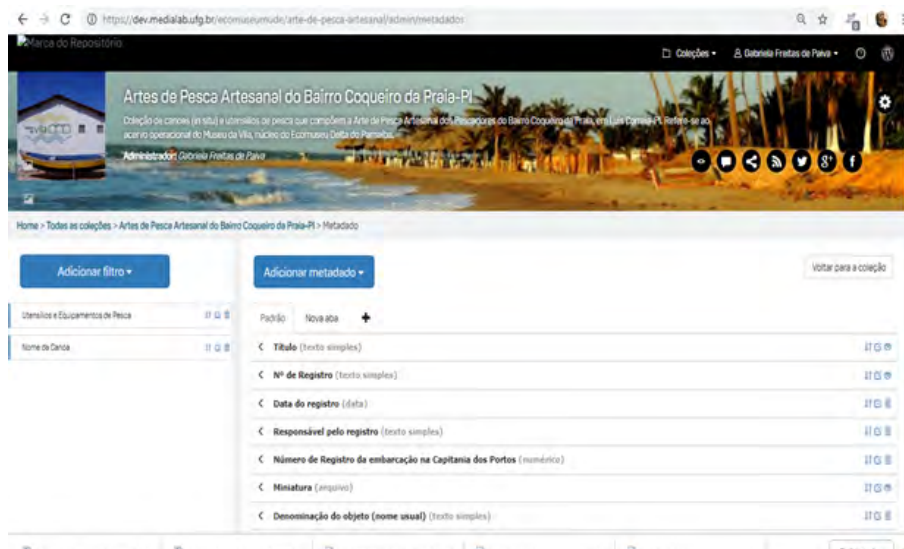
- a. Tipo de registro
- b. Miniatura
- c. Compartilhamento
- d. Votação
- e. N° de Registro
- f. Data do Registro
- g. Responsável pelo Registro
- h. Número de Registro da Embarcação
- i. Denominação do objeto
- j. Proprietário do objeto
- k. Autor (construtor do objeto)
- l. Localização do objeto
- m. Datação do objeto
- n. Dimensões
- o. Histórico do objeto
- p. Descrição detalhada
- q. Atividades relacionadas ao objeto
- r. Origem (onde foi fabricado)
- s. Proveniência (último endereço)
- t. Técnica
- u. Material
- v. Estado de conservação
- w. Descrição da Conservação e manutenção
- x. Avaliação e Recomendações
- y. Classificação no Tesouro (nesse campo se aplica o Tesouro das Artes de Pesca Artesanal do Bairro Coqueiro da Praia elaborado neste trabalho).

Para preenchimento desses campos foi utilizada a padronização de terminologia estabelecido no trabalho final de mestrado da aluna Bárbara Freire Ribeiro Rocha (2017), com título “Uma proposta de Sistema de Documentação Museológica para um dos futuros núcleos do Ecomuseu Delta do Parnaíba-MUDE”. A autora Rocha (2017, p.92) apresenta o controle de sintaxe padronizados proposto no âmbito da documentação do Ecomuseu Delta do Parnaíba, sendo o Museu da Vila um de seus núcleos, esse padrão precisa ser atendido.

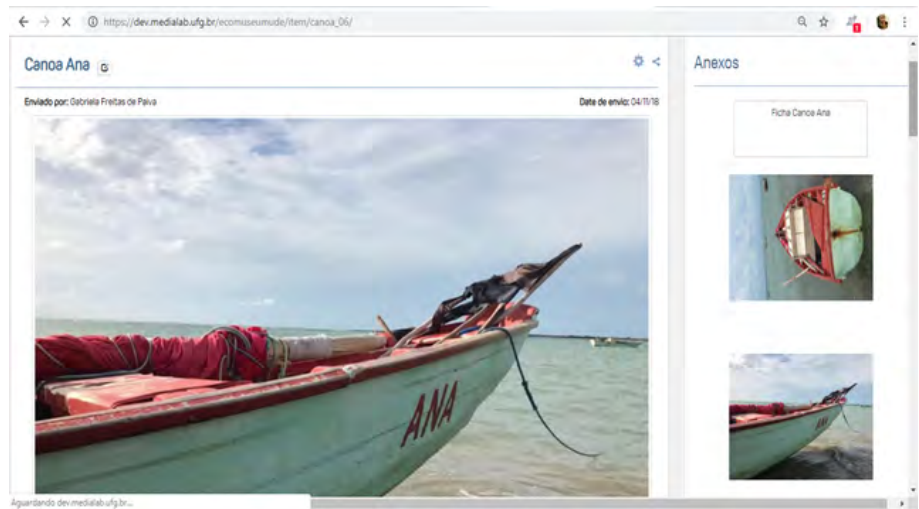
Foram inseridas na base de dados um total de 35 fichas referentes às 15 embarcações, acessórios e equipamentos de pesca inventariadas no bairro Coqueiro da Praia associados à pesca artesanal desenvolvida no local. O acesso à coleção do acervo operacional das artes de pesca do Museu da Vila está disponível no link: <https://dev.medialab.ufg.br/ecomuseumude> e também no Repositório Mude (<http://repositoriomude.com.br>) na opção Acervo do Museu da Vila. O PPGAPM pretende unificar posteriormente os dois links de acesso apenas no Repositório Mude, a partir da exportação dos dados da coleção do acervo operacional do Museu da Vila com o apoio da Superintendência de Tecnologia da Informação e Núcleo de Tecnologia da Informação da Universidade Federal do Piauí, processo que não foi possível ser realizado durante essa pesquisa, por dificuldades técnicas de institucionais da Universidade.

Segue imagens das páginas de configuração/ inserção dos metadados e filtros, bem como o modelo de registro de uma das embarcações catalogadas.

Figura 9– Página de Configurações dos Metadados e filtros



Fonte: <https://dev.medialab.ufg.br/ecomuseumude>, 2019.

**Figura 10 - Ficha de registro da Canoa no Tainacan**

Fonte: link <https://dev.medialab.ufg.br/ecomuseumude>, 2019.

A organização e sistematização do patrimônio cultural marítimo identificado na comunidade do Bairro Coqueiro na plataforma Tainacan será essencial para realizar o processo de comunicação do acervo e principalmente promover a salvaguarda desse patrimônio. A partir de um trabalho participativo e colaborativo que tem sido realizado nessa comunidade por meio do Programa de Pós-Graduação em Artes, Patrimônio e Museologia, no desenvolvimento de ações sistemáticas no Museu da Vila, inserido no âmbito do Ecomuseu Delta do Parnaíba, pretende-se que atue como gestora desse patrimônio.

## 10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada neste trabalho buscou organizar o acervo operacional do Museu da Vila, constituído por registros de embarcações (e seus apetrechos) que estão a navegar na região do bairro Coqueiro da Praia e compõem o patrimônio cultural marítimo daquela comunidade, adotando uma ferramenta de organização temática da informação do campo da Linguagem Documentária, por meio da elaboração do Tesouro das Artes de Pesca Artesanal do Coqueiro composto por 224 termos referentes à pesca artesanal identificados na comunidade de estudo.

Acredita-se que esse produto é uma estratégia de preservação do rico e complexo patrimônio cultural marítimo identificado, e que por meio da sistematização de termos e conceitos identificados de forma participativa com os próprios detentores desse ofício - os pescadores- ele servirá não só como ferramenta de gestão e recuperação da informação no museu, mas também como fonte de pesquisa, podendo auxiliar em estudos e intervenções futuras no âmbito do PPGAPM, na elaboração de diferentes materiais pedagógicos (jogos, fichas, cartilhas, etc.) que podem ser trabalhados em ações educativas no museu e na rede de ensino local, e na divulgação e difusão cultural desse conhecimento, por meio da atuação do Museu da Vila-MUV.

Vale ressaltar também que devido à escassez de documentos e instrumentos que descrevem e organizam o patrimônio cultural marítimo e a pesca artesanal no Brasil, este trabalho pode se constituir em uma importante fonte de pesquisa no âmbito cultural e social, para preencher lacunas e agregar conhecimentos atualizados sobre o tema.

A partir da vivência com os pescadores, mestres do mar e detentores do saber da arte de pesca artesanal, durante todo o processo de pesquisa deste trabalho foi possível perceber que apesar dessa prática



ter sofrido alterações ao longo dos anos ela é parte integrante daquela comunidade, é um patrimônio vivo que precisa ser salvaguardado.

Nesse sentido sabe-se que o Museu da Vila-MUV, inserido no âmbito do Ecomuseu Delta do Parnaíba-MUDE, possui papel essencial nesse processo, visto que foi constituído com e para aquela comunidade, e tem desenvolvido diversas intervenções e estudos de forma colaborativa e participativa naquele território, com vistas a identificar, registrar e interpretar saberes, fazeres, lugares, modos de vida, que compõe o patrimônio cultural daquele local, não apenas para apreciar, dar a ver, mas para salvaguardar e democratizar o acesso a esses bens. (PINHEIRO *et al.*, 2011)





## REFERÊNCIAS

ALBERT, Verena. **Manual de História Oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004.

BARBIER, R. **A pesquisa-ação**. Brasília: Liber Livro, 2002.

BRASIL. **Lei nº 11.959**, de 29 de junho de 2009. Lei Geral da Pesca. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l11959.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11959.htm). Acesso em: 11 jan 2018.

BRASIL. Ministério do Turismo (PI). Avaliação Ambiental Estratégica do Prodetur Nacional no Estado do Piauí, Polo Costa do Delta e Polo das Origens, v. 2. In: **Elaboração da avaliação Ambiental Estratégica do PRODETUR Nacional no Estado do Piauí**. 2010. Disponível em: [www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/dprod/avaliacao\\_ambiental/pi/aae\\_pi.pdf](http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/dprod/avaliacao_ambiental/pi/aae_pi.pdf). Acesso em: 13 jan. 2018.

BRULON, Bruno C.; SCHEINER, Tereza C. M. A ascensão dos Museus Comunitários e os patrimônios 'comuns': um ensaio sobre a casa. In: **X ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO-ENANCIB**. João Pessoa, 2009. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xenancib/paper/view/3311/2447>. Acesso em: 12 nov. 2018.

BRULON, Bruno. Re-interpretando os objetos de museu: da classificação ao devir. **Revista TransInformação**, Campinas, n. 28, p. 107-114, jan./abr. 2016.

\_\_\_\_\_. Passagens da Museologia: a musealização como caminho. **Revista Museologia e Patrimônio**, v. 11, n. 2, 2018.

CÂNDIDO, Maria Inês. Documentação Museológica. In: **Cadernos de Diretrizes Museológicas n. 1**. Minas Gerais: Secretaria do Estado de Minas Gerais, Superintendência de Museus, 2006. Disponível em: [http://www.cultura.mg.gov.br/files/Caderno\\_Diretrizes\\_1%20Completo.pdf](http://www.cultura.mg.gov.br/files/Caderno_Diretrizes_1%20Completo.pdf). Acesso em: 13 jan. 2017.

CARVALHO, Ana. **Os museus e o Patrimônio Cultural Imaterial: estratégias para o desenvolvimento de boas práticas**. Lisboa: CIDEHUS, Universidade de Évora, 2011.

CASTRO, Maria Laura Viveiros; LONDRES, Maria Cecília. **Patrimônio imaterial no Brasil**. Brasília: UNESCO, Educarte, 2008.

COMITÊ INTERNACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO – CIDOC. **Declaração de Princípios de Documentação em Museus e Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus:** categorias de informação do CIDOC. São Paulo, Secretaria de Estado de Cultura de São Paulo, 2014. Disponível em: [https://issuu.com/sisem-sp/docs/cidoc\\_guidelines](https://issuu.com/sisem-sp/docs/cidoc_guidelines). Acesso em: 13 jan. 2018.

CURTINHAL, Elisabete *et al.* O Inventário e seus actores e atrizes no panorama Museológico Português. In: QUEROL, Lorena Sancho. **El Patrimonio Cultural Inmaterial y la Sociomuseologia:** estudio sobre inventários. Cadernos de Sociomuseologia (Coleção de Estudos Pós-Graduados), v. 1. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2010. Disponível em: <https://docplayer.com.br/50080384-O-inventario-e-seus-actores-e-actrizes-no-panorama-museologico-portugues-e-comuseu-municipal-do-seixal-patrimonio-fluvio-maritimo-e-identidade-local.html>. Acesso em: 2 jul. 2019.

DESVALLÉS André; MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de museologia.** São Paulo: ICOM, 2013.

DODEBEI, Vera Lúcia Doyle. **Tesouro:** linguagem de representação da memória documentária. Niterói: Intertexto, Rio de Janeiro: Interciência, 2002.

DUARTE CÂNDIDO, Manuelina Maria; CALDARELLI, Solange Bezerra. Desafios da arqueologia preventiva: como gerir e socializar o imenso volume de materiais e documentos produzidos?. **Revista Arqueologia Pública,** Campinas, Unicamp, v. 11, n. 2, 2017.

EMBRAPA Meio-Norte. **A aquicultura e a pesca artesanal no litoral do Piauí.** Teresina: 2003. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/66785/a-aquicultura-e-a-pesca-artesanal-no-litoral-do-piaui>. Acesso em: 16 jan. 2018. (Folder eletrônico)

FERREZ, Helena Dobb. **Tesouro de Objetos do Patrimônio Cultural nos Museus Brasileiros.** Rio de Janeiro: 2016.

FILIPPE, Graça. O Ecomuseu Municipal do Seixal como sistema de recursos patrimoniais e museais descentralizados no território. In: I ENCONTRO DE MUSEUS DO DOURO, Modelos de redes de museus. Vila Real: 2007. Disponível em: <https://docplayer.com.br/4098087-O-ecomuseu-municipal-do-seixal-como-sistema-de-recursos-patrimoniais-e-museais-descentralizados-no-territorio.html>. Acesso em: 2 jul. 2019.

FILIPPE, Graça; CURTINHAL, Elisabete. Patrimónios, Culturas Marítimas e Práticas Museais: instrumentos conceptuais e perspectivas meto-

dológicas. In: II ENCONTRO DO CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR (CITCEM)- Cultura, Espaço e Memória: O Mar: patrimónios, usos e representações. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 20-22 out. 2011. Disponível em: [http://www.citcem.org/encontro/pdf/22/s4/1-Gra%C3%A7a%20Filipe+Elisabete%20Curtinhal/Gra%C3%A7a%20Filipe\\_Elisabete%20Curtinhal.pdf](http://www.citcem.org/encontro/pdf/22/s4/1-Gra%C3%A7a%20Filipe+Elisabete%20Curtinhal/Gra%C3%A7a%20Filipe_Elisabete%20Curtinhal.pdf) . Acesso em: 15 de jul. 2018.

FUJITA, M. S. L. A leitura documentária na perspectiva de suas variáveis: leitor-texto-contexto. **Datagramazero**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 4, 2004.

GARRIDO, Álvaro. Culturas Marítimas e Conservação Memorial. A experiência do Museu Marítimo de Ílhavo. In: **Historiografias portuguesa e brasileira no século XX: olhares cruzados**. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013, p. 349-362. Disponível em: [http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0646-0\\_13](http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0646-0_13). Acesso em: 2 jan. 2019.

HERNANDEZ, Francisca Hernandez. **Planteamientos teóricos de la museologia**. Gijón: Ediciones TREA, 2006.

IBGE. **Cidades | Piauí | Luís Correia | Histórico**. Disponível em: [www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico](http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico). Acesso em: 14 jan. 2018

----- **Panorama de Luís Correia**, Piauí. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/luis-correia/panorama>. Acesso em: 14 Jan. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - IBRAM. **Resolução normativa, n. 02 de 29 de Agosto de 2014**. Estabelece os elementos de descrição das informações sobre o acervo museológico, bibliográfico e arquivístico que devem ser declarados no Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados. Diário Oficial da União, 1º set. de 2014. Disponível em: [www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2014/ResolucaoNormativa2\\_INBCM.pdf](http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2014/ResolucaoNormativa2_INBCM.pdf). Acesso em: 20 jan. 2019.

----- **Programa para a Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro**. Rio de Janeiro: Ibermuseum, 2013. Disponível em: [http://www.ibermuseum.org/wp-content/uploads/2016/06/programa\\_PGR-PMB\\_web.pdf](http://www.ibermuseum.org/wp-content/uploads/2016/06/programa_PGR-PMB_web.pdf). Acesso em: 16 jan. 2018

INSTITUTO PORTUGUÊS DE MUSEUS. **Normas de inventário Alfaia Agrícola Etnologia**. Portugal: Matriz, 2000. Disponível em: [http://www.matri-znet.dgpc.pt/MatrizNet/Download/Normas/ETN\\_AlfaiaAgricola.pdf](http://www.matri-znet.dgpc.pt/MatrizNet/Download/Normas/ETN_AlfaiaAgricola.pdf). Acesso em: 2 jan. 2019.

IPHAN. **Educação Patrimonial: Manual de aplicação: Programa Mais Edu-**

cação/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília: Iphan, 2013.

\_\_\_\_\_. **O Registro do Patrimônio Imaterial**: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília: MinC, 2006. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImaDiv\\_ORegistroPatrimoniolmaterial\\_1Edicao\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImaDiv_ORegistroPatrimoniolmaterial_1Edicao_m.pdf). Acesso em: 13 jan 2018.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, São Paulo: Editora UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios). Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2018.

LIMA, Fábio R. B; SANTOS, Plácida L. V. A C; SANTARÉM SEGUNDO, José E. Padrão de metadados no domínio museológico. **Revista Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 21, n. 3, jul/set. 2016, p. 50-69.

MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. Museus brasileiros e a hiperconectividade: a experiência com a plataforma Tainacan no acesso ao patrimônio Afro-Digital. **Revista Museu - Cultura Levada a Sério**, 2018. Disponível em: <https://www.revistamuseu.com.br/site/br/artigos/18-de-maio/18-maio-2018/4751-museus-brasileiros-e-a-hiperconectividade-a-experiencia-com-a-plataforma-tainacan-no-acesso-ao-patrimonio-afro-digital.html>. Acesso em: 13 nov. 2018.

MARCONI, M. de A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARTINS, D. L., CARMO, D., SANTOS, W. S. A presença dos museus brasileiros nas mídias sociais: o caso Facebook. **Revista Morpheus: estudos interdisciplinares em Memória Social**, Rio de Janeiro, v. 10, 2017.

MARTINS, D. L., CARVALHO JÚNIOR, J. M. C., GERMANI, L. Projeto Tainacan: experimentos, aprendizados e descobertas da cultura digital no universo dos acervos das instituições memoriais. **Revista TIC Cultura**, Pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Equipamentos Culturais Brasileiros, 2018.

MARTINS, D. L. *et al.* Repositório Digital com o Software Livre Tainacan: revisão da ferramenta e exemplo de implantação na área cultural com a Revista Filme Cultura. In: **XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ENANCIB**. São Paulo: 2017.

MATRIZNET (site). Disponível em: <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/NormasInventario.aspx>. Acesso em: 13 jan 2018.

MEDEIROS, Felipa *et al.* **Os vocabulários controlados na organização e gestão de informação sobre patrimônio cultural: orientações práticas.**

Grupo de Trabalho Sistemas de Informação em Museus (GT-SIM) da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD), 2017.

MENDES, Paulo. Pescadores, camponeses, empresários, turistas e percepção do ambiente na Costa Alentejana: uma leitura cronológica e etnográfica. In: NUNES, Francisco Oneto (coord.). **Culturas Marítimas em Portugal.** Lisboa: Âncora Editora, 2008, p. 185-213.

MELO, Antonio Liuésjhon dos Santos. **Documentação museológica: inventário do acervo do Museu do Trem do Piauí.** Dissertação (Mestrado Profissional em Artes, Patrimônio e Museologia) – Universidade Federal do Piauí, Parnaíba, 2017.

MEDIALAB. **Wiki Manual do Repositório Tainacan.** Disponível em: <http://wiki.tainacan.medialab.ufg.br/doku.php?id=conceitos>. Acesso em: 02 nov. 2018.

MOREIRA, M. P. **Ambiente para geração e manutenção semi-automática de tesouros.** Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

MOREIRA, M. P.; MOURA, M. A. Construindo tesouros a partir de tesouros existentes: a experiência do TCI – Tesouro em Ciência da Informação. **DataGramZero**– Revista da Ciência da Informação, v.7, n.4, ago. 2006. Disponível em: <http://mamoura.eci.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/10/Constrindo-tesouros-a-partir-de-tesouros-existentis.html>. Acesso em: 14 jan. 2019.

MORO, Francisca de Camargo. **Museu: aquisição e documentação.** Rio de Janeiro: Livraria Eça, 1986. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/20274834/museus-aquisicao-e-documentacao-fernanda-de-camargo-moro>. Acesso em: 13 nov. 2018.

MOTTA, Dilza Fonseca da. **Método Relacional como Nova Abordagem para a Construção de Tesouros.** Rio de Janeiro: 1987. Disponível em: [www.conexão.com/bit/dilza/index.htm](http://www.conexão.com/bit/dilza/index.htm). Acesso em: 16 jun 2018.

MURILLO, F. Javier; MARTINEZ-GARRIDO, Cynthia. **Investigación etnográfica.** Madrid: UAM, 2010.

NOGUEIRA, Nilcemar. A patrimonialização do samba. 2014. In: In: MENDONÇA, Elizabete Castro; SILVA, Junia G. C. G. **Bens culturais: políticas públicas, preservação e gestão.** Rio de Janeiro: Escola de Museologia, 2014.



PADILHA, Renata Cardozo. Documentação Museológica e Gestão de Acervo. **Coleção Estudos Museológicos**, v.2. Florianópolis: FCC, 2014. Disponível em: [http://www.fcc.sc.gov.br/patrimoniocultural/arquivosSGC/DOWN\\_175328Documentacao\\_Museologica\\_Gestao\\_Acervo.pdf](http://www.fcc.sc.gov.br/patrimoniocultural/arquivosSGC/DOWN_175328Documentacao_Museologica_Gestao_Acervo.pdf). Acesso em: 13 jan. 2018.

PINHEIRO, Áurea da Paz *et al.* Museus Comunitários, Museus Sans Murs: um projeto participativo de promoção da sustentabilidade, da cidadania e dos saberes locais. In: Pinheiro, A.; Gonçalves, Luis Jorge & Calado, Manuel (Orgs). **Patrimônio Arqueológico e Cultura Indígena**. Editora Universitária EDUPI (Universidade Federal do Piauí) e Faculdade de Belas Artes (Universidade de Lisboa), com apoio do CAPES/CNPQ, Teresina, Brasil. Disponível em: [https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/3161/4/Aurea\\_Cassia\\_Fatima\\_Alves.pdf](https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/3161/4/Aurea_Cassia_Fatima_Alves.pdf). Acesso em: 13 jan. 2017.

PINHEIRO, Áurea da Paz. Patrimônio cultural e museus: por uma educação dos sentidos. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 58, p. 55-67, out./dez. 2015.

PINHEIRO, Áurea; CARVALHO, Cássia. Rede de Museus de território na Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba. **Revista Iberoamericana de Turismo- RITUR**, v. 8, set. 2018, p. 204-2017. Disponível em: [www.seer.ufal.br/index.php/ritur](http://www.seer.ufal.br/index.php/ritur). Acesso em: 03 out. 2018.

PRIMO, Bárbara Deslandes; ARAÚJO, Mirela Leite. **O Inventário Participativo de Pessoas e Memórias do Museu de Arqueologia de Itaipu**. Encontro História Oral, 2018. Disponível em: <https://www.encontro2018.historiaoral.org.br>. Acesso em: 15 abr. 2019.

ROCHA, Luisa Maria. Patrimônio cultural imaterial e seu processo de musealização: análise da exposição da coleção de plantas medicinais. 2014. P.45 In: MENDONÇA, Elizabete Castro; SILVA, Junia G. C. G. **Bens culturais: políticas públicas, preservação e gestão**. Rio de Janeiro: Escola de Museologia, 2014.

ROCHA, Bárbara Freire Ribeiro. **Uma proposta de sistema de Documentação museológica para um dos futuros núcleos do Ecomuseu Delta do Parnaíba-MUDE**. Trabalho final de mestrado. Universidade Federal do Piauí: Programa de Pós-Graduação em Artes, Patrimônio e Museologia-PPGAPM, Parnaíba, 2017.

SANTOS, Maria Célia T. Museologia Social: um compromisso social com a museologia. **Cadernos do CEOM** - Ano 27, n. 41, 2014.

